

**RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS
2014**

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2014

ÍNDICE

Membros dos Órgãos Sociais	7
Convocatória da Assembleia Geral Anual de Accionistas	9
Relatório do Conselho de Administração	13
▶ 1 Introdução	13
▶ 2 Considerações Gerais sobre o Mercado	17
▶ 3 Actividade de Reparação/Manutenção Naval	22
▶ 4 Investimentos/Outros	24
▶ 5 Recursos Humanos	26
▶ 6 Situação Económica e Financeira	30
▶ 7 Perspectivas de Actividade para 2012	39
▶ 8 Proposta de Aplicação de Resultados	41
▶ 9 Referências Finais	41
Balanço	46
Demonstração de Capital Próprio	48
Demonstração de Resultados	49
Demonstração dos Fluxos de Caixa	50
Anexo	51
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	93
Certificação Legal das Contas	95
Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 26 de Março de 2015 Relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas Respeitante ao Exercício de 2014	97
Delegações e Representações	99

MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS MANDATO: QUADRIÊNIO 2013-2016

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

Vice-Presidente:

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

Secretário:

Dr. Manuel Joaquim Rodrigues

Conselho de Administração

Presidente:

Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

Vogais:

Dr. Nelson Nunes Rodrigues

Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca

Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger

Eng. Peter Luijckx

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

Eng. Manuel Serpa Leitão

Comissão Executiva

Presidente:

Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger

Vogais:

Eng. Peter Luijckx

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

Conselho Fiscal

Presidente:

Sr. Francisco José da Silva

Vogais:

Dra. Maria Isabel Louro Caria Alcobia

“Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC”

– representada por Dr. Joaquim Patrício da Silva

Suplente:

Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos – ROC

Secretário da Sociedade

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

Comissão de Vencimentos

Presidente:

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

Secretário:

Dr. Walter Klausmann

ESTRUTURA DA EMPRESA

Conselho de Administração

Comissão Executiva

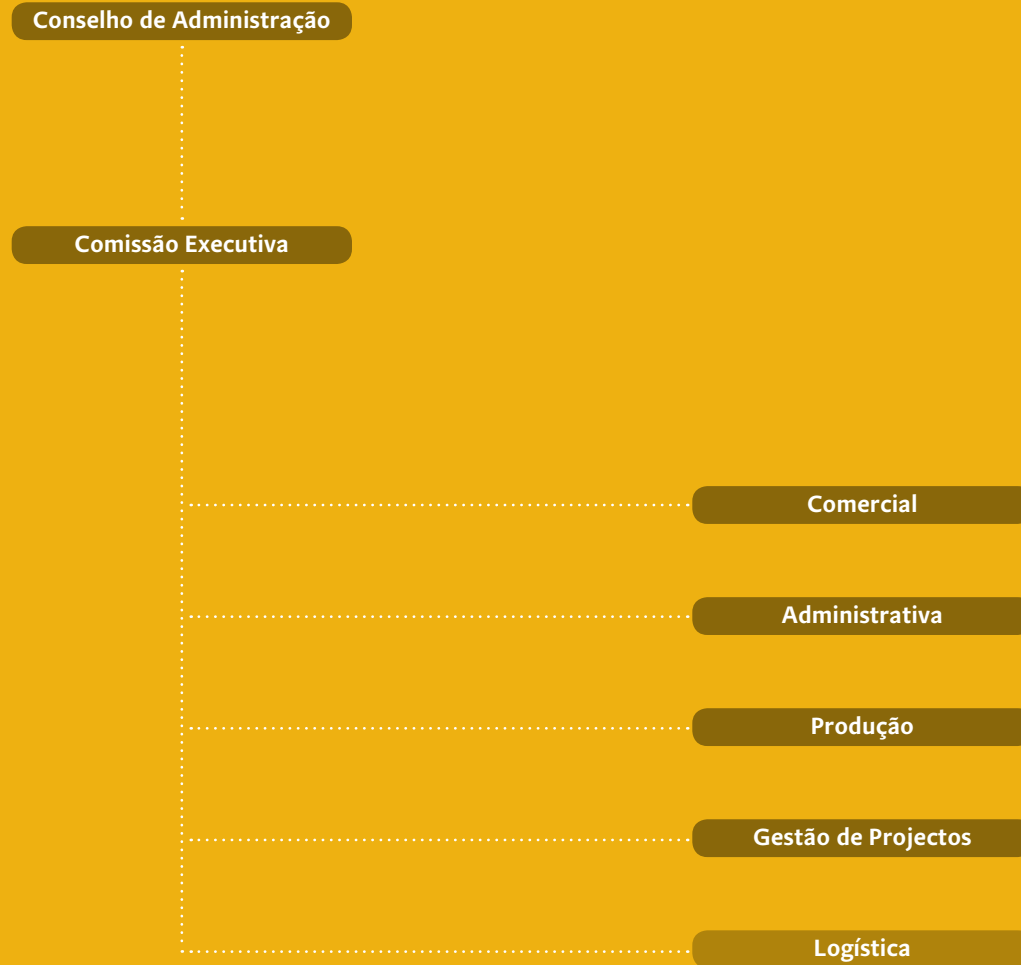
Comercial

Administrativa

Produção

Gestão de Projectos

Logística



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS

Convocatória

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, é convocada a Assembleia Geral Anual de Accionistas da LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A., para reunir, no dia 26 de Março de 2015, pelas 11:00 Horas, na Sede da Sociedade, no Estaleiro da Mitrena, Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º – Deliberar sobre o RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS do Exercício de 2014;
- 2º – Deliberar sobre o RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL;
- 3º – Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;
- 4º – Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;

No prazo legal, ficam à disposição dos Senhores Accionistas, na Sede da Sociedade e no respectivo Sítio na Internet, os elementos constantes do artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais e os respeitantes aos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos.

Nos termos da Lei e do Contrato Social a Assembleia Geral é constituída pelos Accionistas com direito a voto que possuam, pelo menos, cem Acções devidamente registadas em seu nome até dez dias antes da data da Assembleia Geral. A cada cem Acções corresponderá um voto.

Para o efeito, os Senhores Accionistas que queiram estar presentes naquela Assembleia deverão informar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta, com assinatura reconhecida notarialmente, ou certificada pela Sociedade, devendo neste caso solicitar às instituições financeiras onde se encontram registadas as Acções que comuniquem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a existência de tal registo, até cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral só poderá reunir, em primeira Convocatória, estando presentes ou representados Accionistas representantes de, pelo menos, cinquenta por cento do Capital Social.

Não poderão assistir à Assembleia Geral os Accionistas que não tenham direito a voto.



LUISA CACERES DE ARISMENDI

909117478

LAS PIEDRAS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1 | Introdução

A LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A., cuja actividade continua muito condicionada pelos efeitos, no sector, da crise da economia internacional, enfrentou no ano de 2014, mais uma difícil situação de mercado.

A procura, medida em número de consultas, atingiu o segundo nível mais baixo de sempre, com apenas 507 consultas recebidas e, por outro lado, o índice de sucesso comercial que baixou quatro pontos percentuais relativamente ao ano anterior, fizeram do Exercício, o segundo mais difícil da história de Empresa.

Apesar da adversidade desta situação, que não permitiu que fossem atingidos os objectivos de actividade a que se propôs, a LISNAVE registou no Exercício de 2014, um desempenho global que o Conselho de Administração reputa como positivo.

Este nível de desempenho confirma, nestas circunstâncias e uma vez mais, o acerto das opções estratégicas oportunamente definidas, que demonstram que a LISNAVE se encontra mais preparada para enfrentar os desafios, cada vez mais acentuados, do mercado muito concorrencial em que desenvolve a sua actividade.

O Conselho de Administração, antes da análise ao Exercício e como vem sendo hábito em anos anteriores, pretende, dada a importância dos indicadores de actividade, quer em termos regionais, quer sobretudo a nível nacional, evidenciar que a LISNAVE, no período que decorre desde o início do Plano de Reestruturação, segundo semestre de 1997, até ao final do presente Exercício, procedeu à reparação/manutenção de 2.139 navios, provenientes de mais de 50 países de todo o

mundo, o que se traduziu em Vendas de 1,86 mil milhões de Euros, dos quais uns expressivos 1,76 mil milhões, para exportação.

Com este volume de actividade, foram assegurados, o pagamento de Salários globais equivalentes a 1.067 milhões de Euros e entregas ao Estado, em contribuições para a Segurança Social, IRS e Impostos, de cerca de 189 milhões de Euros.

O Exercício de 2014

A LISNAVE, apesar de ter enfrentado condições de mercado particularmente adversas, atingiu, no Exercício em análise, um nível de desempenho globalmente positivo.

A intensa actividade comercial desenvolvida e o elevado nível de satisfação dos seus Clientes que permitiram, uma vez mais, assegurar um volume significativo do designado “Repeated Business”, não conseguiram, contudo, atenuar o efeito da degradação do mercado, tendo a LISNAVE procedido à reparação/manutenção de apenas 92 navios.

O conteúdo médio de trabalhos por navio, por razões diversas inerentes ao Armador, continuou em níveis bastante baixos, mas a factura média, em resultado da grande dimensão de alguns dos trabalhos efectuados, fixou-se nos 830 mil Euros, acima dos 757 mil Euros do Exercício anterior, mas muito abaixo do valor de mais de 1 Milhão de Euros, verificado nos anos de 2008 ou 2009.

Este facto não é alheio aos constrangimentos como a redução da liquidez e agravamento de custos de financiamento, quer para investimento, quer para exploração, com que os Armadores continuam a confrontar-se no desenvolvimento da sua actividade.

De entre os constrangimentos relativos à exploração, sobressai o valor das taxas de frete médias diárias, que, em consequência da menor necessidade de transporte marítimo, resultante do fraco crescimento da economia mundial, por um lado, e por outro, do crescimento da oferta resultante da grande quantidade de navios novos que continuam, ano após ano, a entrar em operação, se manteve, pelo sexto ano consecutivo, em níveis muito baixos, mas que experimentaram, finalmente, durante o ano de 2014, uma interessante inversão de tendência.

De facto, como se pode verificar nos quadros do capítulo 2, os valores médios diários da taxa de frete de um Petroleiro “Suezmax Moderno”, fixaram-se em cerca de 21,2 mil Dólares, valor significativamente superior aos 16 mil Dólares/dia, verificados no ano anterior, mas que representa, apenas, cerca de 45% da taxa média diária de 47,5 mil Dólares, do mesmo afretamento, em 2008.

Evolução igualmente positiva, registou a taxa dum Graneleiro “Capesize”, com os respectivos montantes médios anuais a situarem-se nos 19,9 mil Dólares diários, cerca de 5,5 mil Dólares mais do que em 2013, mas que representam, apenas, cerca de 20% das taxas médias de cerca de 100 mil Dólares por dia, que estes navios conseguiram obter nos anos de 2007 e 2008.

Neste contexto de inversão de tendência mas ainda sem reflexos na actividade, a LISNAVE concluiu o Exercício de 2014 com um volume de Vendas de Reparação Naval de 76,3 milhões de Euros, menos 4,7 milhões do que em 2013.

O total dos Rendimentos de Exploração fixou-se em 89,2 milhões de Euros, isto é, cerca de 330 mil Euros mais do que no ano de 2013, mas o total dos Gastos de Exploração também registou um crescimento de cerca de 1,74 milhões.

Em consequência, os Resultados Líquidos do Exercício tiveram um ligeiro agravamento, fixando-se em 6,47 milhões de Euros positivos.

A Situação Líquida cifrou-se em 34,67 milhões de Euros, valor 6,93 vezes superior ao valor do Capital Social.

Sob o ponto de vista de “Exportação”, uma das principais “marcas” da sua relevância, a LISNAVE manteve as suas tradicionais características de Empresa fortemente exportadora, tendo vendido para o mercado externo 73,53 milhões de Euros de serviços de Manutenção e Reparação naval, tendo procedido, apenas, à reparação de um navio de pavilhão nacional.

Do ponto de vista do “Emprego”, a LISNAVE manteve, igualmente, o seu habitual elevado nível de empregabilidade, ligeiramente superior ao verificado no ano anterior, assegurando “emprego equivalente” médio de cerca de 2 mil pessoas por dia, ao qual corresponderam encargos de 50,7 milhões de Euros.

De realçar, ainda, que o Exercício foi concluído sem dívidas vencidas, quer aos Trabalhadores, quer ao Estado, ao qual foram entregues em IRS, Contribuições para a Segurança Social e Impostos, cerca de 9,8 milhões de Euros.

No que respeita a Imobilizado, o montante de Investimentos realizados no Exercício ascendeu a 563 mil Euros. De evidenciar, entretanto, que o montante total de Investimentos realizados, desde o Exercício de 2000, ascende globalmente a mais de 31 milhões de Euros.

De notar, por outro lado, o valor muito significativo de custos incorridos pela LISNAVE, com grandes reparações de infra-estruturas e equipamentos, que ultrapassaram os 1,78 milhões de Euros no Exercício.

Ainda no capítulo de Investimentos, embora, neste caso, sob responsabilidade da Concessionária, LISNAVE INFRA-ESTRUTURAS NAVAIS, são de referir, pela importância que têm na manutenção das condições de operacionalidade do Estaleiro, os Investimentos relacionados com a reabilitação da rede eléctrica do Estaleiro, com a substituição integral das torres de iluminação e com a Reabilitação da Ponte Cais 3, nos quais foram investidos cerca de 3,4 milhões de Euros. De notar que estes Investimentos com a Reabilitação do Estaleiro, iniciados no ano de 2008 e onde assume particular destaque a reparação estrutural da Doca 20, totalizam já 15,77 milhões de Euros.

No capítulo dos Recursos Humanos e dada a importância de que se reveste, particularmente nos tempos austeros que se vivem, é de referir que, na sequência da correspondente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, foi atribuída, em Abril passado, à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, uma Gratificação de Balanço, no montante global de 1 milhão e 200 mil Euros.

De destacar, ainda, no que respeita à estratégia de Recursos Humanos, a deliberação do Conselho de Administração de prosseguir com a promoção de Acções de Formação de Jovens, na sequência da qual foram realizadas 3 Acções que abrangeram mais 42 Formandos, de entre os quais vieram a ser seleccionados para celebrar Contratos de Trabalho com a LISNAVEYARDS, no decurso do Exercício, 34 Jovens operários. Para além destes, foram ainda recrutados, mais 3 Jovens Engenheiros.

Recorde-se, neste contexto, como o Conselho de Administração tem vindo a referir, que a LISNAVE, dada a indisponibilidade dos Representantes dos Trabalhadores para a celebração de um Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho adequado às características desta actividade, deliberou, oportunamente, redireccionar a sua política de gestão estratégica de Recursos Humanos, a qual passou a contar com a colaboração estreita da LISNAVEYARDS.

Esta Empresa, cujo objecto social é semelhante ao da LISNAVE, iniciou, como é sabido, a sua actividade de Prestação de Serviços em Fevereiro de 2009, tendo ao seu serviço, à data de 31 de Dezembro, 213 Trabalhadores, a grande maioria dos quais, 168, Trabalhadores Directos.

Prosseguindo a sua postura relativa à Responsabilidade Social, a LISNAVE continuou com a sua Política de apoios, associando-se a diversas entidades e organizações, com incidência prioritária na área social, através da concessão de donativos, que ascenderam, no Exercício, ao montante de 97 mil Euros.

A LISNAVE manteve a Certificação de Qualidade ISO 9001:2008 e a Certificação Ambiental ISO 14001:2004, mantendo, igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS.

A Estrutura Accionista era, em 31 de Dezembro de 2014, a seguinte:

Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	72,83%
Thyssenkrupp Industrial Solutions AG	20,00%
Parpública, S.A.	2,97%
Outros Accionistas	4,20%

O Conselho de Administração, a concluir a apreciação geral do Exercício, deseja manifestar a sua satisfação pelo facto de ter sido possível, na sequência das competentes aprovações pela Assembleia Geral de Accionistas, proceder, uma vez mais e pelo nono ano consecutivo, à remuneração dos capitais investidos pelos mais de 200 Accionistas da Empresa.



Perspectivas para o Exercício de 2015

Apesar de se esperar uma consolidação da tendência de melhoria das taxas de frete, iniciada em 2014, não se apresentam muito favoráveis as perspectivas para o desenvolvimento próximo da actividade.

Com efeito, a eventual alteração do equilíbrio económico mundial, devido às descidas relevantes do preço do barril de petróleo e a instabilidade da situação política mundial, designadamente, os efeitos da tensão Rússia/Ucrânia, entre vários outros riscos, podem constituir ameaças sérias ao crescimento da economia mundial.

Neste contexto, apesar da expectativa de alguma recuperação na taxa de crescimento do comércio mundial, espera-se que os Armadores, em função da reduzida rentabilidade dos seus negócios nos últimos seis anos, se

vejam ainda obrigados a manter uma postura de elevada contenção com os orçamentos para manutenção dos seus navios situação que, agravada pelo crescimento da frota mundial decorrente do desequilíbrio que continua a verificar-se entre a entrada em operação de navios novos e a demolição de navios velhos, vai continuar a manter o mercado de Reparação Naval vendedor e, desta forma, manter um elevado nível de agressividade de concorrência.

O Conselho de Administração, contudo, suportado nos níveis de desempenho que a Empresa tem vindo a conseguir e no elevado nível de qualidade, responsabilidade e envolvimento, que a Gestão e os restantes Colaboradores, a todos os níveis, têm vindo a demonstrar ao longo dos últimos anos, manifesta aos Senhores Accionistas, o seu sentimento de moderada expectativa, relativamente às perspectivas de estabilização da actividade da LISNAVE para o Ano Económico de 2015.



2 | Considerações Gerais sobre o Mercado

Conjuntura

Durante o ano de 2014, a economia mundial manteve a tendência de fraco crescimento verificada nos últimos anos. Segundo a Organização das Nações Unidas, no seu relatório - “World Economic Prospects” – estima-se que a economia mundial tenha crescido 2,6% durante o ano de

2014, valor ligeiramente acima dos de 2013 e 2012 que foram 2,5% e 2,4% respectivamente.

Na zona euro, em que a actividade económica em 2014 foi inferior ao esperado, principalmente em França, Alemanha e Itália, estima-se que o crescimento tenha sido de 0,8%, invertendo a tendência negativa dos anos de 2013 e 2012 em que contraiu 0,4% e 0,7% respectivamente.



Nos Estados Unidos da América, a economia que no ano de 2013 cresceu a um ritmo inferior ao de 2012, inverteu-se essa tendência, estimando-se que no ano de 2014 tenha crescido 2,4%, um crescimento ligeiramente superior ao do ano de 2013 que tinha sido de 2,2%.

No Japão, principalmente devido ao aumento do preço da energia verificado depois do encerramento das centrais nucleares e do aumento dos impostos sobre as vendas (IVA), a economia sofreu uma redução substancial da sua taxa de crescimento, passando dos 1,5% nos anos de 2012 e 2013 para 0,2% no ano de 2014.

Nos países em desenvolvimento da Ásia, que continuam a ser afectados pela redução das exportações para as economias desenvolvidas do Ocidente e pelo ajustamento da China a taxas de crescimento mais moderadas, estima-se que o crescimento no ano de 2014 tenha sido de 4,4% contra os 4,9% de 2013, tendo a China atingido o crescimento de 7,4%, valor inferior ao do ano de 2013 que foi de 7,7%. A Índia, estima-se que tenha crescido 5,6%, um valor superior ao de 2013 que foi de 5,0%. As economias da América Latina e Caraíbas sofreram

também uma redução da sua taxa de crescimento, atingindo no ano de 2014 os 0,8%, depois de terem crescido 2,5% em 2013.

Resultado do clima económico exposto, a taxa de crescimento do comércio mundial foi de 4,0% depois de se ter fixado em 3,4% em 2013.

Evolução da Frota Mercante Mundial e Taxas de Frete

Segundo a “Clarkson Research” e em relação às frotas de granéis acima de 10 000 TPB, a frota de granéis líquidos cresceu durante o ano de 2014 cerca de 1,7% em número de navios, depois de no ano de 2013 ter crescido cerca de 1,1%. No fim do ano de 2014, esta frota tinha atingido os 508,6 milhões de TPB, a que correspondeu um crescimento de 1,4% em relação ao final do ano de 2013, ano em que tinha crescido 1,7%.

Em termos de entregas de novas construções, foram entregues 185 navios com uma capacidade total de transporte de cerca de 16,6 milhões de TPB, correspondendo a cerca de 3,3% da actual capacidade desta frota.



No que a demolições se refere, foram vendidos para abate 95 navios, com uma capacidade de 8,3 milhões de TPB correspondentes a 1,6% da capacidade da frota actual.

A frota de granéis sólidos, no ano de 2014, teve um crescimento de 4,0% em número de navios e de 4,6% em TPB, atingindo no final do ano os 756,2 milhões de TPB, tendo sido entregues 609 navios com uma capacidade de cerca de 48,1 milhões de TPB o que corresponde a cerca de 6,4% da capacidade actual desta frota. Neste mesmo período foram vendidos para abate, 305 navios com uma capacidade de 15,9 milhões de TPB correspondentes a cerca de 2,1% da capacidade actual desta frota.

O valor do aço vendido para demolição, no mercado Indiano, durante o ano de 2014, cresceu em média de cerca de 3,4% em relação ao ano de 2013, atingindo os 450 dólares por tonelada para os petroleiros, tendo decrescido cerca de 1,2% atingindo os 420 dólares por tonelada para os graneleiros, valores próximos da média da última década, se exceptuarmos os anos subjacentes à crise. No fim do ano de 2014, a carteira de encomendas de navios novos destinados ao transporte de granéis líqui-

dos, era de 822 navios com uma capacidade de transporte de 74,3 milhões de TPB, ou seja, uma tonelagem correspondente a 14,6% da tonelagem da frota actual. Destes 74,3 milhões de TPB, 28,1 milhões de TPB – correspondentes a 5,5% da frota actual – têm data prevista de entrega durante o ano de 2015.

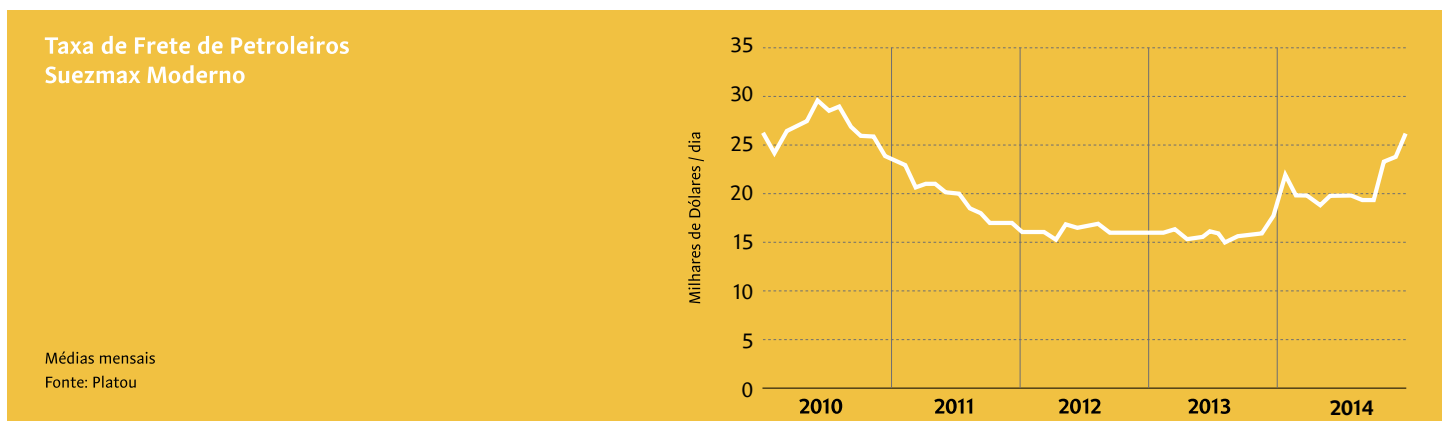
Na frota de transporte de granéis sólidos, a carteira de encomenda de navios novos era composta por 2030 navios, com uma capacidade de transporte de 169,7 milhões de TPB o que corresponde a 22,4% da frota actual, tendo 85,1 milhões de TPB, ou seja, 11,3% da frota actual, entrega prevista para o ano de 2015.

Estima-se que a procura de transporte marítimo mundial tenha crescido cerca de 3,4%, com o transporte de granéis líquidos a crescer cerca de 0,4% e o do transporte de granéis sólidos a crescer cerca de 3,7%. Apesar do aumento da oferta de transporte ter sido superior ao aumento da procura – cerca de 1,4% na frota de transporte de granéis líquidos e cerca de 4,4% na frota de transporte de granéis sólidos – no ano de 2014, assistiu-se, em termos médios, à inversão da tendência de redução das taxas de frete.



No caso da frota de granéis líquidos, nas faixas de maior dimensão o crescimento foi superior aos das faixas de menor dimensão, sendo que no caso dos Suezmax Modernos, a taxa de frete média no afretamento a prazo de um

ano atingiu de cerca 21.200 dólares dos EUA por dia, um aumento de cerca de 33% em relação ao valor médio de 2013.





No caso da frota de granéis sólidos, apesar de a tendência de crescimento verificada durante o ano de 2013 se ter invertido no fim do primeiro trimestre de 2014, derivado à redução das importações Chinesas de carvão, no caso dos

Capesize com afretamento a um ano, foram atingidos valores médios de cerca de 19.900 dólares dos EUA por dia, um acréscimo de cerca de 38% em relação aos valores médios do ano de 2013.

Taxa de Frete de Graneleiros Capesize – 12 meses

Médias mensais
Fonte: Platou





3 | Actividade de Reparação/Manutenção Naval

Procura

Apesar da reduzida taxa de crescimento do comércio mundial, a frota existente tem crescido, tanto em número de navios como em capacidade de transporte.

Graças à redução de velocidade, que os Armadores continuaram obrigados a efectuar na gestão das suas frotas, fruto do elevado nível do preço dos combustíveis, o número de navios “off hire” não tem aumentado significativamente, o que implica que para poderem cumprir os

níveis de qualidade exigidos tanto pelos fretadores como pelas sociedades classificadoras, os navios são obrigados a ir aos Estaleiros reparadores a fim de se submeterem à manutenção mínima exigida por estas entidades.

Como consequência do aumento da ocupação da frota de granéis líquidos, no segundo semestre de 2014, fruto da baixa acentuada dos preços do barril de petróleo bruto e da redução das importações de bens manufacturados pela Europa, a procura de reparação naval para a LISNAVE, cujo mercado é mundial, medida em número de consultas, sofreu uma ligeira redução de cerca de 3% em relação ao ano de 2013.

Rubricas	2014	2013	2012	2011	2010
Consultas	507	524	483	617	571
Encomendas	90	113	96	109	114
Taxa de Sucesso Comercial	18	22	20	18	20

Assim, nas negociações de consultas realizadas durante o ano de 2014 foram geradas 90 encomendas, menos cerca de 20% do que no ano de 2013, tendo a percentagem de sucesso reduzido, significativamente, de 22% para 18%.

Actividade Desenvolvida

Terminaram a reparação, na LISNAVE, durante o ano de 2014, 92 navios, 91 dos quais em doca, tendo em termos de volume de trabalho médio, no segmento de reparação de rotina, sofrido uma ligeira redução em relação à do ano anterior.

No segmento de grandes reparações, a LISNAVE reparou um navio graneleiro onde foi efectuada uma grande reparação de aço na proa devido a uma avaria, onde foram instaladas cerca de 295 toneladas de aço.

Neste segmento, reparou ainda, dois navios tanques de um Armador Venezuelano, onde foi feita a revisão geral de todos os sistemas e substituídas cerca de 120 toneladas de aço em cada navio.

Anos	Nacional	Estrangeiro	Total	Em Doca
2014	1	91	92	91
2013	1	106	107	103
2012	0	101	101	94
2011	0	101	101	92
2010	1	113	114	106

Como nos anos anteriores, a actividade da LISNAVE centrou-se nos seus segmentos de mercado tradicionais – navios de transporte de granéis líquidos e sólidos – constituindo estes, em número, cerca de 80% da actividade, sendo de realçar a penetração noutros segmentos de mercado, tais como o de navios porta contentores com 9% dos navios reparados e o de transportadores de gás com 3% dos navios reparados.



Dada a globalização do mercado da LISNAVE, os navios reparados durante o ano de 2014 foram originários de 52 Clientes localizados em 21 países sendo os de maior significado, em termos de número de navios, Singapura com 27 navios, Grécia com 18 navios e Alemanha com 8 navios.



4 | Investimentos/Outros

A LISNAVE, dando continuidade à sua política de investimentos e renovação de infraestruturas, com o objectivo de garantir a manutenção das necessárias condições de operacionalidade do Estaleiro tem, à semelhança dos anos anteriores, assegurado o investimento, quer em novos meios, quer em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes, sendo de salientar que os montantes acumulados de investimentos efectuados, desde o ano 2000, já ascendem a cerca de 31,2 milhões de Euros, dos quais 21,1 milhões em novos investimentos e cerca de 10,1 milhões em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes.

No Exercício em análise, a LISNAVE suportou ainda custos de cerca de 1,78 milhões de Euros com grandes reparações de infraestruturas e equipamentos.

Ao nível dos novos investimentos, importa salientar, para além da recuperação e beneficiação de alguns edifícios, parques e armazéns, a aquisição de diverso equipamento informático, de novos equipamentos e ferramentas na área da produção, a progressiva renovação da rede eléctrica, a actualização da iluminação interior nas oficinas, a construção de novos picadeiros e a manufactu-

ra de material de andaimes. Importa ainda salientar o arranque do projecto “Save to Compete” envolvendo a substituição de compressores de ar comprimido, motores eléctricos de alto rendimento e a iluminação interior e exterior, donde ressalta a substituição das actuais torres de iluminação.

Em termos de grandes reparações, importa evidenciar as reparações levadas a cabo na reparação geral de 2 guindastes, na reparação estrutural das lages das Docas 21 e 22, e na implementação dum Sistema de Gestão e Monitorização do Consumo de Energia.

De referir, por outro lado, os Investimentos relacionados com a reabilitação eléctrica do Estaleiro e com os projectos de reabilitação estrutural da ponte cais 3, duque de alba e cais leste, tendo sido investidos cerca de 3,4 milhões de Euros, os quais, sendo embora da responsabilidade da Concessionária, LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, acrescem aos investimentos efectuados nos Exercícios anteriores, nomeadamente na reabilitação do viaduto rodoviário de acesso ao Estaleiro, reparação estrutural da Doca 20 e reabilitação eléctrica do Estaleiro, totalizando mais de 15,5 milhões de Euros.

Protecção Ambiental

A LISNAVE, em termos ambientais, tem vindo a dar continuidade, de forma sistemática, à melhoria das suas práticas ambientais.

Neste sentido, em 2014, na sequência da obtenção da Certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental, de acordo com a Norma ISO 14001, superou, com sucesso, a Auditoria de Acompanhamento realizada pela “Lloyd’s Register”.

Por outro lado, importa ainda evidenciar que, no âmbito do programa de eliminação da granalha residual existente no Estaleiro, já foi encaminhada, na sua totalidade e nos termos dos acordos celebrados, para as Empresas Cimenteiras, uma quantidade que se estima em mais de 250.000 toneladas, sendo que, durante o ano de 2014, foram enviadas, para além das 10.663 toneladas de granalha produzida durante o Exercício, mais 7.565 toneladas daquela granalha residual, de cuja crivagem veio a resultar um total de 905,5 toneladas de resíduos, que foram encaminhados para a Empresa “Ecodeal”.

Tecnologias de Informação

A LISNAVE, no âmbito da actualização e melhoria contínua do seu Sistema Informático, tem vindo a proceder, de forma gradual, à sua reestruturação, com a implementação de algumas acções de melhoria, nomeadamente na área aplicacional SAP, assumindo particular relevância a conclusão do projecto “SAP GRC Access Control” para suporte, segregação e monitorização das funções/transacções, cobrindo toda a organização da Empresa, com o objectivo de optimizar o seu sistema de controlo interno.

Por outro lado, importa salientar, ao nível da infraestrutura, o reforço da sua segurança, com o início da implementação e teste do “Disaster Plan Recovery”, no âmbito do Contrato de Outsourcing, e a renovação do parque infor-

mático disponibilizado aos nossos Clientes, de modo a melhorar significativamente a qualidade deste serviço.

Certificações

A LISNAVE tem vindo a assumir a Qualidade como factor de sucesso, melhorando continuamente a eficácia do seu Sistema de Gestão da Qualidade e as competências da Empresa, para além da já referida Certificação Ambiental.

O Sistema de Gestão e Qualidade da Empresa, actualmente auto-sustentável e viável, tem conseguido manter a confiança dos seus Clientes e Parceiros, mantendo a fiabilidade e eficácia dos seus processos.

Durante o ano de 2014, a LISNAVE, associado ao objectivo estratégico da Empresa, para além de ter iniciado o processo de preparação da certificação de acordo com a revisão da Norma ISO 9001:2015, manteve a Certificação da Norma ISO 9001:2008, tendo superado, com sucesso, as auditorias realizadas pela LRQA – Lloyd’s Register Quality Assurance.

A LISNAVE, durante o presente Exercício, manteve, igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias e a Acreditação do Laboratório de Calibrações.

Investigação e Desenvolvimento

A LISNAVE, no âmbito da sua política de I&D, tem procurado prosseguir o seu objectivo estratégico de participar em projectos europeus e outros, que possam traduzir-se, potencialmente, numa melhoria dos seus processos produtivos, de que é exemplo o projecto “Save to Compete” de melhoria da eficiência energética em sistemas de bombagem, iluminação, produção de calor e ar comprimido. Destaca-se ainda, o desenvolvimento de modelos matemáticos das estruturas das Docas 21 e 22, de forma a potenciar a sua utilização em navios com berços especiais.

5 | Recursos Humanos

A LISNAVE, como tem vindo a ser reafirmado, dada a indispensabilidade de assegurar a sua sobrevivência e sustentabilidade futura, decidiu, oportunamente, proceder ao rejuvenescimento da Empresa e à flexibilização de alguns aspectos do Contrato de Trabalho.

Rejuvenescimento, uma vez que estavam já ultrapassados, dadas as exigências físicas da actividade, os limites aceitáveis da idade média dos seus trabalhadores. Flexibilização do Contrato de Trabalho, como forma de sobrevivência, dadas as melhores condições contratuais de que dispõem os seus concorrentes mais directos.

Nesse sentido, depois de ver reiteradamente rejeitadas, por parte dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores, as propostas de Acordo de Empresa entretanto apresentadas, deliberou redireccionar a sua estratégia de Recursos Humanos,

Por um lado, decidiu desenvolver um extenso Programa de Formação de Jovens, tendo em vista proporcionar-lhes a aquisição das competências técnicas indispensáveis para os desafios de produtividade futuros e dar início ao inevitável processo de rejuvenescimento do seu efectivo.

Por outro lado, decidiu iniciar, com a colaboração do Accionista Navivessel, os procedimentos legais conducentes à constituição de uma nova Empresa, a qual, tendo um objecto social semelhante ao seu e operando em regime de Prestação de Serviços, passaria a ser, de acordo com as necessidades, a Empresa contratante de todos os Trabalhadores futuros.

Esta nova Empresa, que adoptou a denominação social “LISNAVEYARDS – NAVAL SERVICES, LDA.”, foi legalmente constituída, encontrando-se em actividade de Prestação de Serviços à LISNAVE, desde Fevereiro de 2009.

No âmbito da referida política de rejuvenescimento iniciada em 2006, a LISNAVE promoveu a realização de vários Programas de Formação de Jovens, envolvendo mais de três centenas de Formandos.

O mais recente Programa de Formação, com características distintas dos primeiros, quer no que se refere à duração das acções quer relativamente ao perfil de candidatos a recrutar, foi composto por 3 Acções, com uma duração média de 424 horas, realizadas entre os meses de Junho e Setembro para um total de 42 Jovens, com idades entre os 25 e os 35 anos.

A realização destes Programas de Formação, tem vindo, em função do nível de aproveitamento final, a permitir, à LISNAVEYARDS, dotar-se, progressivamente, dos recursos humanos necessários.

Desta forma, no final de 2014 a LISNAVEYARDS contava com um efectivo de 213 Trabalhadores das diferentes profissões relacionadas com a actividade, 168 dos quais, Trabalhadores Directos, tendo procedido no decurso do Exercício, à contratação de 34 Operários provenientes do Programa de Formação de Jovens anteriormente referido e 3 jovens Engenheiros.

Encargos com Remunerações

Antecedendo a apresentação dos indicadores mais relevantes, é importante referir que, na sequência da oportuna aprovação da proposta do Conselho de Administração, relativa à participação nos resultados alcançados, foi atribuída a todos os Trabalhadores, uma Gratificação de Balanço, composta por uma parte fixa correspondente a 80% da Remuneração Fixa Mensal e por duas partes variáveis, uma em função do Absentismo e outra dependente da Avaliação de Desempenho,

correspondendo, agregadamente a uma Gratificação total de 1,2 milhões de Euros.

O montante global dos Encargos com Pessoal, cifrou-se em 12,8 milhões de Euros, tal como descrito no quadro seguinte.

Encargos com pessoal

Rubricas	2014	2013
Remunerações	8.756.007	8.843.843
Trabalho Suplementar	274.873	207.103
Prémios Subsídios e Outras Remunerações	791.394	775.301
Subtotal	9.822.274	9.826.247
Encargos Sociais	2.982.020	4.380.939
Total	12.804.294	14.207.186

(Valores em Euros)

A redução na rubrica “Remunerações” é resultante, fundamentalmente, da saída “natural” de efectivos, verificada ao longo do ano. Relativamente ao “Trabalho Suplementar”, o seu incremento está relacionado com a crescente disponibilidade manifestada por alguns trabalhadores, para a realização deste tipo de trabalho, não obstante as alterações introduzidas pelo Código do Trabalho.

O decréscimo nos “Encargos Sociais” ficou a dever-se, essencialmente, a questões relacionadas com a rubrica “Seguros”.

Formação e Desenvolvimento

No Exercício de 2014, foram desenvolvidas várias Acções de Formação Profissional, envolvendo 906 Trabalhadores, contemplando áreas consideradas fundamentais para a Empresa, quer pela sua componente técnica, quer em termos comportamentais e de gestão.

No total de participantes estão incluídos 42 Formandos, que no âmbito do Plano de Formação de Jovens realizado em 2014, frequentaram os Cursos de Formação na Área da Metalomecânica, promovidos pela LISNAVE.

Formação Externa | 2014

Áreas de Formação	Total Horas	Total Participantes
Desenvolvimento Pessoal	4.677	128
Qualificação /Reciclagem Técnicas de Produção	107	10
Qualidade, Segurança, Ambiente e Protecção	1.736	62
Hardware e Software	3.361	405
Gestão Financeira, Fiscal e Contabilidade	21.398	301
Total	31.280	906



Saúde, Higiene e Segurança

A LISNAVE manteve, no Exercício, a sua tradicional preocupação com a saúde dos seus Trabalhadores. Nesta perspectiva, para além de intervenções pontuais, foram realizados 624 Exames, dos quais 262 foram da LISNAVE YARDS, subdivididos por 65 Admissões, 355 Periódicos e 204 Ocasionais.

No âmbito da Segurança, o ano de 2014 caracterizou-se por uma ligeira flutuação dos seus índices de sinistralidade comparativamente aos registados no ano 2013. Se por um lado o Índice de Frequência apresentou uma subida situando-se nos 28,42, o Índice de Gravidade sofreu um decréscimo, situando-se agora nos 0,93. Estes dados reflectem o facto de se terem registado mais acidentes mas de menor gravidade.

Durante o ano 2014, receberam informação, formação e treino de acolhimento e reciclagem em Segurança, 1.878 Trabalhadores. Numa vertente mais focalizada, o Sector de Prevenção e Segurança, promoveu ainda a formação de mais 69 pessoas, nomeadamente gestores de empresas colaboradoras, chefias directas, estagiários, visitas e elementos de tripulações ou empresas prestadoras de serviços, numa base de divulgação e sensibilização para as questões relacionadas com a Segurança. No âmbito da colaboração com entidades externas merecem especial destaque as Acções dirigidas a alunos do curso de Engenharia Naval do Instituto Superior Técnico. Para além da Formação referida, o Sector de Prevenção e Segurança participou ainda em acções de sensibilização em “Segurança, Qualidade, Ambiente e Boas Práticas, promovidas pelos Sectores Produtivos da Empresa, que envolveram 63 pessoas entre Trabalhadores da LISNAVE e de Empresas Externas.



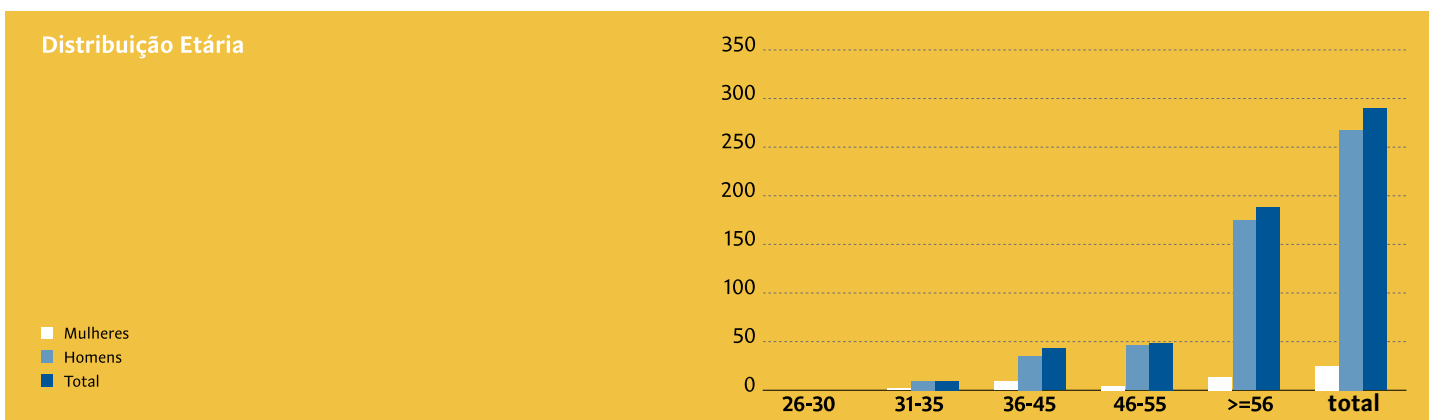
Por fim, destacar ainda a distribuição de informações e regras básicas de Segurança, às pessoas que diariamente entram nas instalações da Empresa, designadamente vendedores, técnicos externos e outras visitas, totalizando as 1124 divulgações.

Outros Indicadores

Contrariando a tendência de estabilização verificada no último ano, o índice de absentismo registou uma redução significativa.

Comparativamente aos indicadores de pessoal de 2013, a LISNAVE viu o seu efectivo ligeiramente reduzido, sendo que em 31 de Dezembro de 2014, o número total de Trabalhadores era de 289, tendo a idade média aumentado para os 55 anos.

A distribuição etária do efectivo da LISNAVE, naquela data, era a que o quadro seguinte apresenta.



6 | Situação Económica e Financeira

Como já foi referido anteriormente, a LISNAVE durante o Exercício de 2014, reparou 92 navios, com uma facturação total de 76,3 milhões de Euros.

Conforme se mostra no quadro seguinte, registou-se em 2014 um decréscimo de 5,8% no valor da Facturação,

Número de Navios e facturação

Rubricas	2014	2013	2012	2011	2010
N.º Navios Reparados	92	107	101	101	114
Facturação Total	76,3	81,0	79,9	80,8	89,6
Facturação Média Navio	0,830	0,757	0,792	0,800	0,786

(Valores em Milhões de Euros)

A quebra significativa da Facturação e do Número de Navios Reparados no Exercício em apreço, veio contrariar a tendência da evolução destes indicadores verificada no período de 2011/2013, que tinha mostrado alguma estabilização da actividade num patamar de 80 milhões de Euros anuais, depois duma forte redução verificada no triénio anterior, provocada pela forte quebra dos fretes verificada a partir de 2008, na sequência da crise financeira e económica internacional e do excesso de oferta do mercado do “shipping”.

O ano de 2014 esteve condicionado pelo crescimento anémico do comércio mundial e, designadamente, pelo desequilíbrio, que continua a verificar-se entre a oferta e a procura, no mercado do transporte marítimo, afectando negativamente os valores dos fretes em todos os segmentos do mercado.

Importa, também, referir pela sua dimensão, o comportamento do Dólar no primeiro semestre de 2014, o qual exerceu uma forte pressão sobre a competitividade da

relativamente ao ano anterior, assim como, uma redução de 14% no número de navios reparados.

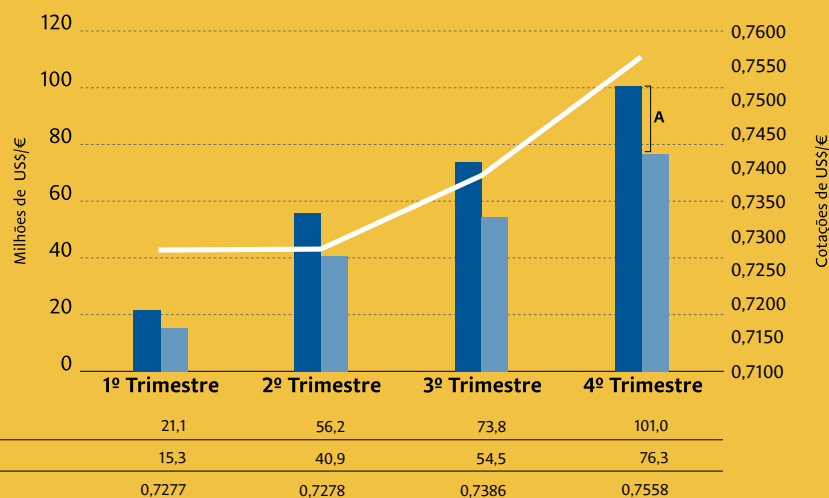
A facturação média por navio, de 830 mil Euros, reflecte uma recuperação de 9,6%, quando comparada com o período homólogo, o que não significa, contudo, um maior conteúdo de trabalho por navio reparado, mas fica a dever-se à grande dimensão de alguns dos projectos executados.

Empresa, obrigando esta a antecipar as medidas e acções correctivas, indispensáveis à sua adaptação ao mercado global em que se insere, uma vez que os seus principais Clientes continuam a utilizar, primordialmente, o Dólar nas suas transacções comerciais. Apesar de, no último semestre, se ter invertido esta tendência, verificando-se uma forte e continuada valorização desta moeda Vs. Euro, não foi ainda possível medir os eventuais efeitos positivos sobre a actividade da Empresa.

Assim, desde o início da sua forte depreciação, verificada em 2004, que conduziu a uma taxa média anual de 0,8014 Euros, o Dólar tem mantido um comportamento de forte volatilidade ao longo dos últimos cinco anos, atingindo o valor médio de 0,7558 do Euro em 2014.

O quadro seguinte mostra o impacto que a evolução do Dólar teve ao longo do Exercício de 2014. Assim, e em termos anuais, foi necessário vender um montante de 101 milhões de Dólares para se atingirem os 76 milhões de Euros.

Facturação Acumulada de Reparações e Cotações US\$/€ Ano 2014



O quadro seguinte mostra a evolução do total das Vendas e Prestações de Serviços.

Vendas e Prestações de Serviços

Rubricas	2014	2013	2012	2011	2010
Reparações Navais	76.333	81.038	79.945	80.809	89.619
Rédito dos Navios em Curso	4.327	549	-61	-5.150	4.540
Outras Actividades	3.905	2.801	1.474	2.818	6.862
Prestações de Serviços	1.103	1.315	1.249	1.398	1.489
Total	85.669	85.704	82.607	79.874	102.510

(Valores em Milhares de Euros)

O valor total das Rubricas “Reparações Navais” e “Rédito dos Navios em Curso” representou 94,2% do valor total das “Vendas e Prestações de Serviços”, tendo as Rubricas “Outras Actividades” e “Prestações de Serviços” registado, no seu conjunto, um valor de 5 milhões de Euros.

Deve ser salientado que o montante da Rubrica “Outras Actividades” cresceu cerca de 39,4%, relativamente ao verificado no Exercício anterior, como resultado das Vendas de Serviços à LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS,

relacionadas com a execução do Plano de Investimentos de reabilitação do Estaleiro.

Continuando a caracterizar a evolução da situação económica da Empresa, apresentam-se, no quadro seguinte, as Demonstrações de Resultados para os Exercícios de 2014/2010, mostrando, por um lado, a evolução da rentabilidade das Vendas, assim como, a evolução do peso relativo dos factores produtivos no total de Rendimentos de Exploração.



Demonstração de Resultados

Rubricas	2014		2013		2012		2011		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	85.669		85.704		82.607		79.874		102.510	
Trabalhos para a própria empresa	3		0		0		3		0	
Outros rendimentos e ganhos	3.538		3.173		2.747		3.829		3.706	
Total rendimentos de exploração	89.209	100	88.877	100	85.355	100	83.706	100	106.216	100
Custos das mat. primas consumidas	5.800	6,5	4.302	4,8	5.248	6,1	3.739	4,5	5.347	5,0
Fornecimentos e serviços externos	61.324	68,7	58.493	65,8	55.421	64,9	53.657	64,1	67.051	63,1
Gastos com o pessoal	12.804	14,4	14.207	16,0	14.181	16,6	14.367	17,2	14.783	13,9
Depreciações, Imparidad.e Provisões	-80	-0,1	1.080	1,2	1.899	2,2	2.980	3,6	935	0,9
Impostos	101	0,1	113	0,1	104	0,1	62	0,1	186	0,2
Outros gastos e perdas	427	0,5	463	0,5	652	0,8	691	0,8	470	0,4
Total de gastos de exploração	80.376	90,1	78.658	88,5	77.506	90,8	75.496	90,2	88.772	83,6
Resultados operacionais	8.833	9,9	10.219	11,5	7.849	9,2	8.210	9,8	17.444	16,4
Resultados de financiamento	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Resultados antes de impostos	8.833	9,9	10.219	11,5	7.849	9,2	8.210	9,8	17.444	16,4
Impostos sobre rend. período (-)	-2.357	-2,6	-3.240	-3,6	-2.864	-3,4	-2.996	-3,6	-5.474	-5,2
Resultado líquido do período	6.476	7,3	6.980	7,9	4.985	5,8	5.214	6,2	11.970	11,3

(Valores em milhares de Euros)

Como apreciação global à Demonstração de Resultados, constata-se que no Exercício de 2014 a situação económica da Empresa piorou, relativamente ao Exercício anterior, ao alcançar um “Resultado Líquido” de 6,48 milhões de Euros.

O Rácio de Eficiência, que mede o peso relativo da Rubrica “Total de Gastos de Exploração” no “Total de Rendimentos de Exploração”, registou uma degradação quando comparado com o do ano anterior, apresentando um valor de 90,1%, apesar da continuação e reforço da política de utilização mais racional dos factores produtivos.

A LISNAVE continua a não apresentar qualquer valor de “Resultados de Financiamento”, uma vez que não teve necessidade de recorrer a financiamento bancário.

Deve continuar a ser sublinhado que os riscos cambiais, relacionados com a volatilidade do Dólar, foram oportunamente eliminados em resultado da decisão da Gestão da Empresa, tomada no final de 2003, de substituir o Dólar pelo Euro na facturação aos Clientes. Assim, as diferenças cambiais registadas no Exercício de 2014 mantiveram-se em níveis não materialmente relevantes.

De modo a completar a análise da evolução económica da Empresa para o período de 2014 a 2010, apresenta-se no mapa seguinte um conjunto de Indicadores e Rácios económicos mais relevantes.



Agregados Económicos

Rubricas	2014	2013	2012	2011	2010
Agregados Globais					
Valor bruto da produção (VBP)	85,672	85,704	82,607	79,877	102,510
Valor acrescentado bruto (VAB)	21,200	26,000	24,720	25,485	34,385
Encargos com pessoal	12,804	14,207	14,181	14,367	14,783
Cash flow operacional	8,753	11,299	9,748	11,190	18,379
Número médio de colaboradores	291	296	306	322	334
Rácios					
Valor bruto da produção per capita	294.4	289.5	270.0	248.1	306.9
Encargos com pessoal per capita	44.0	48.0	46.3	44.6	44.3
VAB / VBP	25%	30%	30%	32%	34%
Encargos com pessoal / VAB	60%	55%	57%	56%	43%

(Valores em Milhares de Euros)

Da sua observação pode concluir-se que, no Exercício de 2014, os Indicadores e Rácios de desempenho da Empresa apresentaram uma evolução mista, quando comparados com os do Exercício anterior.

Assim, o agregado “Valor Bruto de Produção (VBP)” apresenta um valor em linha com o verificado no Exercício anterior, ou seja, um comportamento semelhante à variação registada nas “Vendas e Serviços Prestados”.

Verifica-se, contudo, um comportamento negativo para os agregados “Valor Acrescentado Bruto (VAB)” e “Gross Cash Flow”, em comparação com os do Exercício anterior.

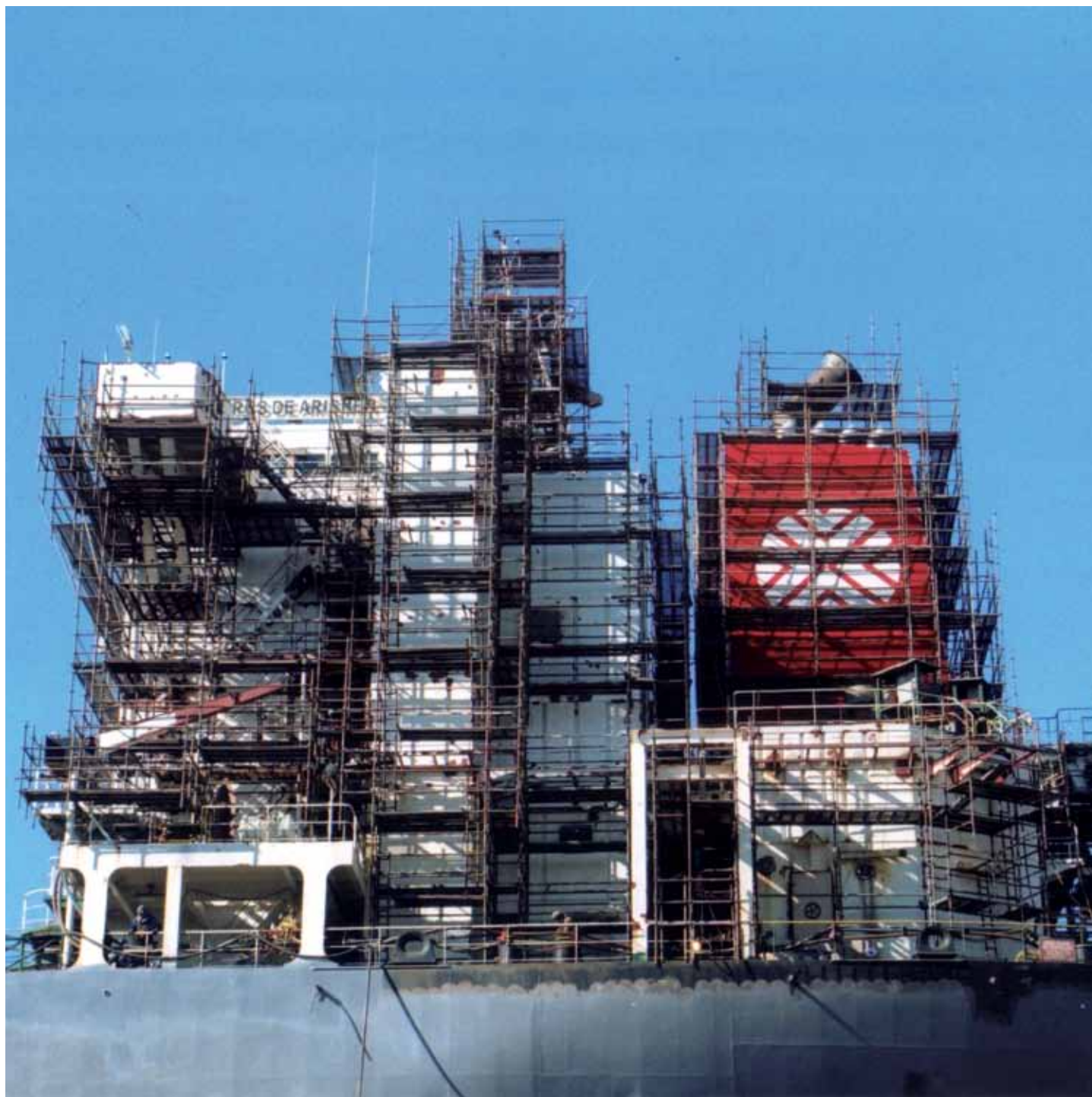
Apesar desta evolução desfavorável, importa referir que, de um modo geral, os Rácios de desempenho da Empresa apresentam, no final do Exercício em apreço, valores que permitem afirmar que a Empresa continua preparada para fazer face a um mercado caracterizado por uma grande imprevisibilidade.

A evolução da “Situação Líquida”, para o período em análise, está evidenciada no quadro seguinte.

Situação Líquida

Rubricas	2014	2013	2012	2011	2010
Capital Social	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000
Prestações suplementares de capital	0	0	0	0	0
Reserva legal e resultados transitados	23.196	22.216	21.231	20.016	18.546
Resultado líquido do Exercício	6.476	6.980	4.985	5.214	11.970
Total da Situação Líquida	34.672	34.196	31.216	30.231	35.516

(Valores em Milhares de Euros)





A Situação Líquida em 31 de Dezembro de 2014 apresentava um valor de 34,67 milhões de Euros, mantendo um nível semelhante ao registado no final do ano anterior. O valor contabilístico por Acção, no fim do Exercício, era de 34,67 €, representando uma valorização de 593% relativamente ao seu valor nominal.

Através da análise das principais Rubricas do Balanço, referidas a 31 de Dezembro de 2014, para os últimos cinco Exercícios e constantes do quadro seguinte, pode seguir-se a evolução da estrutura financeira da Empresa.

Balanços Sintéticos Comparados

Rubricas	2014	2013	2012	2011	2010
Activo					
Activo não Corrente	9,798	10,604	11,137	12,085	13,923
Inventários	1,850	1,947	2,097	2,379	2,251
Clientes C/C (Líquido de Adiantamentos)	12,035	9,859	13,099	4,737	15,498
Outras Contas a Receber	6,698	5,176	3,870	4,470	9,329
Caixa e Depósitos Bancários	35,393	37,892	30,969	32,346	30,857
Diferimentos	143	91	149	104	187
Total do Activo	65,918	65,569	61,322	56,121	72,045
Passivo					
Provisões	2,204	3,327	5,802	5,173	3,481
Outras Contas a Pagar não Corrente	1,445	2,634	2,573	3,094	4,161
Fornecedores C/C (Líquido de Adiantamentos)	19,206	16,489	13,272	10,834	19,614
Outras Contas a Pagar	8,391	8,924	8,458	6,789	9,272
Total do Passivo	31,246	31,373	30,106	25,890	36,528
Situação Líquida	34,672	34,196	31,216	30,231	35,516

(Valores em Milhares de Euros)



Com a finalidade de se avaliar o Balanço, nas suas vertentes de Liquidez e Estrutura Financeira, no final do Exercício em apreço, utiliza-se um conjunto de indicadores que ajudam a caracterizar a situação financeira da Empresa.

Assim:

Liquidez

Apresentando um Fundo de Maneio da ordem dos 28,5 milhões de Euros e Rácios de Liquidez Geral e de Liquidez Reduzida muito confortáveis, com valores de 2,03 e 1,97, respectivamente, pode afirmar-se que a estrutura Financeira de Curto Prazo da Empresa continua a mostrar uma boa solidez.

Para esta situação continuaram a contribuir os seguintes factores: inexistência de Dívidas Bancárias de Curto Prazo, devido ao não recurso ao crédito bancário para fazer face à gestão corrente da Tesouraria, fruto do nível do “Cash Flow” gerado no Exercício e das Disponibilidades em Caixa e Bancos, as quais atingiram 35,4 milhões de Euros, no final do Exercício.

Estrutura Financeira

Apresentando um Rácio de Financiamento dos Activos não Correntes de 3,54 e Rácios de Solvabilidade Total e Autonomia Financeira de 111,0% e 52,6%, respectivamente, conclui-se que a estrutura financeira do Balanço, se reforçou, continuando num nível muito confortável e adequado ao seu “core business”, que é caracterizado por um forte grau de imprevisibilidade.

Finalmente, e de acordo com as disposições legais, declara-se que, em 31 de Dezembro de 2014, a LISNAVE não detinha Acções próprias e não existiam Dívidas em mora ao Sector Público Estatal, incluindo à Segurança Social.

7 | Perspectivas da Actividade para 2015

No segundo semestre de 2014, assistiu-se a uma acentuada redução no preço do barril de petróleo, o que a manter-se, provocará certamente grandes alterações no equilíbrio económico mundial. Os países importadores, sentirão uma redução dos preços médios da energia o que fará baixar os custos de produção e aumentar a sua competitividade. Os países exportadores, verão baixar drasticamente as suas receitas o que os obrigará a fortes ajustes do lado da despesa, com graves consequências na sua actividade económica.

Assim, espera o Banco Mundial que, depois da estimativa de 2,6% de crescimento para o ano de 2014, a economia mundial mantenha a tendência de crescimento, embora mais reduzida e o crescimento venha a ser de 3,0% em 2015 e 3,3% em 2016.

Na zona Euro, onde grande parte dos problemas resultantes da crise de 2009 continuam por resolver e a deflação, acentuada agora pela redução dos preços da energia, continua a ser uma ameaça, espera-se que a economia continue na sua tendência de baixo crescimento e cresça cerca de 1,1% no ano de 2015 e 1,6% no ano de 2016.

Nos Estados Unidos da América, esperam as Nações Unidas, que depois de se ter invertido a tendência de redução da sua taxa de crescimento no ano de 2014, a tendência de crescimento se mantenha e voltem a crescer, atingindo 3,2% no ano de 2015.

Para o Japão, que depois de ter estabilizado o crescimento da sua economia nos 1,5% nos anos de 2012 e 2013, voltou a ver a taxa de crescimento da sua economia reduzir para os 0,2% no ano de 2014, estima-se que recupere em 2015 para 1,2% e 1,6% no ano de 2016.

Perante a estimativa de aumento da taxa de crescimento da economia mundial de 2,6% em 2014 para 3,0% em 2015, estimam as Nações Unidas, que a taxa de crescimento do comércio mundial tenha um ligeiro aumento, atingindo em 2015 os 4,5%, depois dos 4,0% estimados para o ano de 2014.

Como resultado da tendência do crescimento do comércio mundial e da tendência de crescimento das taxas de frete verificada no ano de 2014, espera-se que estas atinjam valores que permitam aos Armadores taxas de rentabilidade aceitáveis na gestão das suas frotas.

Existem, contudo, riscos diversos para que tal cenário possa não se verificar, dos quais se destacam os seguintes:

- ▶ Aumento das tensões entre a Ucrânia e a Rússia, tendo como consequência uma ainda maior redução das importações de produtos Ocidentais pela Rússia e consequentemente uma redução das suas exportações de produtos energéticos para o Ocidente;
- ▶ A China, principal dinamizador mundial do aumento da procura de transporte marítimo, que já entrou na batalha Ambiental, iniciando a substituição das antigas fontes de energia muito poluentes por fontes de energia renováveis, o que poderá provocar redução das suas importações;
- ▶ A zona euro, onde a não resolução dos problemas derivados da crise financeira, associada à redução de preços das matérias-primas, poderá provocar uma redução do rendimento nos países importadores dos seus produtos e consequentemente, das suas exportações para esses países, provocando uma redução das necessidades de transporte da Europa.



Relativamente à actividade propriamente dita, a potenciar o atrás exposto, existe ainda o risco de as elevadas disponibilidades de capital existentes, associadas ao já referido aumento das taxas de frete, poder despoletar um novo surto de encomendas de navios novos e um aumento acelerado do excesso de frota. Recorde-se que as carteiras de encomendas de navios novos, que no ano de 2013 inverteram a tendência de redução em relação à frota existente, no ano de 2014, voltaram a crescer, atingindo no fim do ano, 15% e 14% das frotas de granéis líquidos e sólidos respectivamente.

Neste contexto, se os riscos antes referidos não tiverem efeitos relevantes, e se os Armadores, apesar da redução verificada no preço das bancas, conseguirem continuar a gerir o excesso de frota existente através da redução de velocidade e ainda, se o excesso de frota não aumentar significativamente, espera-se que a actividade de Reparação Naval, no ano de 2015, se mantenha ao mesmo nível do ano de 2014.

Recursos Humanos

Na sequência da introdução de diversas alterações legislativas, designadamente as resultantes da entrada em vigor da Lei N°23/2012 de 25 de Junho, espera-se que o

ano de 2015 possa constituir-se como um ano de efectiva transição para a consolidação da flexibilização das condições do Contrato de Trabalho.

Independentemente destas alterações legais aplicáveis é intenção do Conselho de Administração prosseguir com a sua Política de gestão estratégica de Recursos Humanos, através da cooperação estabelecida com a LISNAVEYARDS, por forma a continuar a promover, através desta, a criação de condições que assegurem a sustentabilidade futura deste sector de actividade em Portugal.

Com este objectivo, a LISNAVE pretende explorar novas e mais amplas modalidades de colaboração com a LISNAVEYARDS, procurando que esta assuma, em função da crescente dimensão do seu quadro de pessoal, nomeadamente no que ao número de Trabalhadores directos respeita, maiores responsabilidades no desenvolvimento da actividade.

Neste contexto, para além de pretender continuar a assegurar a formação profissional dos seus trabalhadores, tendo estimado para o efeito um Plano Anual de cerca de 18,6 mil horas, a LISNAVE tenciona prosseguir com a sua Política de Rejuvenescimento, prevendo realizar dois novos Cursos de Formação de Jovens.

8 | Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo-se verificado uma “performance” no Exercício de 2014, que conduziu a um resultado que justifica conceder uma Gratificação aos Trabalhadores, o Conselho de Administração, decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

1 Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de €1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil Euros) já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,

2 Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de €6.476.325,92 (Seis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e vinte e cinco Euros e noventa e dois cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos	6.000.000,00 Euros;
Resultados Transitados	476.325,92 Euros.

9 | Referências Finais

Finalmente, a concluir o Relatório de Gestão relativo à actividade do Exercício de 2014, o Conselho de Administração quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às muitas pessoas e entidades, que de forma directa ou indirecta o apoiaram na consecução dos objectivos estabelecidos, particularmente:

- ▶ Aos Clientes e Fornecedores, pela preferência e confiança com que continuaram a distinguir a LISNAVE;
- ▶ Aos Accionistas, pelo apoio, colaboração e interesse sempre manifestados no acompanhamento dos aspectos mais relevantes da gestão da Empresa;
- ▶ Às Autoridades em geral e às do Porto de Setúbal em particular, pela compreensão e colaboração evidenciadas na resolução das questões inerentes ao funcionamento do Estaleiro;
- ▶ Às Instituições de Crédito, pelo excelente relacionamento que têm vindo a manter com a LISNAVE;
- ▶ Ao Conselho Fiscal e aos Auditores Externos pela forma participativa como exerceram as suas funções;
- ▶ A todos os Colaboradores da Empresa e seus Órgãos Representativos, pela disponibilidade, empenho e elevado profissionalismo evidenciados.

Setúbal, 24 de Fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

Presidente

Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

Vogais

Dr. Nelson Nunes Rodrigues

Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca

Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger

Eng. Peter Luijckx

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

Eng. Manuel Serpa Leitão

Balanco

Demonstração de Capital Próprio

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

BALANÇO

Rubricas	Notas	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Activo			
Activo não Corrente			
Activos fixos tangíveis	8	4.687.103,06	4.678.983,67
Propriedades de investimento	7	2.567.100,00	2.567.100,00
Outros activos financeiros	15	1.725.492,89	2.633.604,89
Activos por impostos diferidos	14	368.583,60	724.241,34
Activos não correntes detidos para venda	8	450.000,00	0,00
		9.798.279,55	10.603.929,90
Activo Corrente			
Inventários	10	1.849.858,57	1.946.721,71
Clientes	15.1	12.071.287,90	10.069.916,64
Adiantamentos a fornecedores	15.3	195.735,96	19.122,67
Estado e outros entes públicos	14 / 17.1	2.730.529,50	2.139.301,28
Outras contas a receber	15.2	3.967.705,17	3.036.854,16
Diferimentos	17.2	143.473,41	90.982,87
Caixa e depósitos bancários	4	35.392.685,08	37.892.363,80
		56.351.275,59	55.195.263,13
Total do Activo		66.149.555,14	65.799.193,03

(Valores em Euros)

Rubricas	Notas	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	15.5	5.000.000,00	5.000.000,00
Reservas legais	17.3	1.398.173,26	1.398.173,26
Resultados transitados	17.3	21.797.469,15	20.817.823,13
		28.195.642,41	27.215.996,39
Resultado líquido do período	17.3	6.476.325,92	6.979.646,02
Total do Capital Próprio		34.671.968,33	34.195.642,41
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	12	2.203.538,49	3.327.284,17
Outras contas a pagar	15.4	1.445.425,89	2.633.604,89
		3.648.964,38	5.960.889,06
Passivo Corrente			
Fornecedores	15.3	19.401.909,11	16.508.067,26
Adiantamentos de clientes	15	35.830,36	211.010,48
Estado e outros entes públicos	14 / 17.1	432.673,97	1.577.340,03
Outras contas a pagar	15.4	7.958.208,99	7.346.243,79
		27.828.622,43	25.642.661,56
Total do Passivo		31.477.586,81	31.603.550,62
Total do Capital Próprio e do Passivo		66.149.555,14	65.799.193,03

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Posição em 01/01/2013	5.000.000,00	1.398.173,26	19.832.615,74	4.985.207,39	31.215.996,39
Transferência de Resultados do Exercício para Result. Transit.			4.985.207,39	-4.985.207,39	0,00
Alterações no Período		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período				6.979.646,02	6.979.646,02
Operações com Detentores de Capital no Período					
Distribuições			-4.000.000,00		-4.000.000,00
	0,00	0,00	-4.000.000,00	6.979.646,02	2.979.646,02
Posição no Fim do Período 2013	5.000.000,00	1.398.173,26	20.817.823,13	6.979.646,02	34.195.642,41
Posição em 01/01/2014	5.000.000,00	1.398.173,26	20.817.823,13	6.979.646,02	34.195.642,41
Transferência de Resultados do Exercício para Result. Transit.			6.979.646,02	-6.979.646,02	0,00
Alterações no Período		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período				6.476.325,92	6.476.325,92
Operações com Detentores de Capital Próprio					
Distribuições			-6.000.000,00		-6.000.000,00
	0,00	0,00	-6.000.000,00	6.476.325,92	476.325,92
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	5.000.000,00	1.398.173,26	21.797.469,15	6.476.325,92	34.671.968,33

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e Gastos	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	11	85.668.603,63	85.703.777,40
Subsídios à exploração		43.952,95	3.602,62
Trabalhos própria empresa		2.986,62	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(5.800.495,88)	(4.301.841,53)
Fornecimentos e serviços externos	17.4	(61.324.439,47)	(58.493.286,19)
Gastos com o pessoal	16	(12.804.294,30)	(14.207.186,47)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	35.044,52	(68.067,01)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.1	182.500,56	(2.158.652,78)
Provisões (aumentos/reduções)	12	540.027,43	1.831.734,74
Outros rendimentos e ganhos	17.5	3.493.867,36	3.169.763,32
Outros gastos e perdas	17.6	(527.515,76)	(575.532,68)
Resultado antes de Depreciações, gastos de Financiamento e Impostos		9.510.237,66	10.904.311,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8 / 17.7	(677.076,97)	(685.142,75)
Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		8.833.160,69	10.219.168,67
Resultado antes de Impostos		8.833.160,69	10.219.168,67
Imposto sobre o rendimento do período	14	(2.356.834,77)	(3.239.522,65)
Resultado Líquido do Período		6.476.325,92	6.979.646,02

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Periodo	
	2014	2013
Fluxo de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	82.449.011,37	86.886.090,45
Pagamento a Fornecedores	-74.433.130,33	-71.991.692,59
Pagamento a Pessoal	-9.654.925,51	-10.098.627,56
Caixa Gerada pelas Operações	-1.639.044,47	4.795.770,30
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre Rendimento	-3.587.472,85	-2.199.274,63
Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Operacional	8.271.211,05	7.942.442,56
	3.044.693,73	10.538.938,23
Fluxo das Actividades Operacionais (1)	3.044.693,73	10.538.938,23
Pagamentos Respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis	-562.937,43	-421.127,15
Recebimentos Provenientes de:		
Activos Fixos Tangíveis	38.492,00	-
Juros e Rendimentos Similares	1.009.200,71	842.969,73
Fluxo de Caixa das Actividades de Investimento (2)	484.755,28	421.842,58
Pagamentos Respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-28.678,93	-36.212,90
Dividendos	-6.000.000,00	-4.000.000,00
Fluxo das Actividades de Financiamento (3)	-6.028.678,93	-4.036.212,90
Varição de Caixa e seus Equivalentes	-2.499.229,92	6.924.567,91
(4) = ((1) + (2) + (3))		
Efeito das Diferenças de Câmbio	448,80	1.087,77
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	-37.892.363,80	-30.968.883,66
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	35.392.685,08	37.892.363,80
	-2.499.229,92	6.924.567,91

(Valores em Euros)

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros excepto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Empresa

A Empresa foi constituída em 12 de Março de 1997 com a designação comercial de Navenova – Estaleiros Navais, S.A., denominação social, posteriormente alterada, por escritura pública de 31 de Julho de 1997, para LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A..

O seu objecto social principal é a exploração de estaleiros navais para construção e reparação de navios, para o exercício de indústria, comércio, bem como o desenvolvimento de actividades conexas com esta ou afins.

Tem a sua Sede Social em Mitrena, 2910-738 SETÚBAL.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela NAVIVESSEL - ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., que detém 72,83%, pela THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG, que possui 20% do capital, pela PARPÚBLICA, SGPS, S.A. com 2,97% e pelo PÚBLICO (OPT) com 4,2%.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou:

- ▶ As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei Nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- ▶ As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas na nota 2.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa foram as seguintes:

a. Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Com excepção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Activos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade. As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização da finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2014	2013
Edifícios e outras construções	2,50% - 5,00%	2,50% - 5,00%
Equipamento Básico	5,00% - 12,50%	5,00% - 12,50%
Equipamento de Transporte	25,00%	25,00%
Equipamento Administrativo	6,25% - 33,33%	6,25% - 33,33%
Outros Activos Tangíveis	16,67%	16,67%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do Exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do Exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- ▶ Durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- ▶ Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na Empresa, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a Empresa opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- ▶ As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;
- ▶ A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- ▶ Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- ▶ Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um activo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o activo pertence, planos para alienar um activo antes da data anteriormente esperada;
- ▶ Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

b. Activos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

b.1 Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- ▶ As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- ▶ Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- ▶ A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- ▶ Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- ▶ É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- ▶ Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

b.2 Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do Exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 23%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, e da Taxa de Derrama Estadual de 3% onde resulta uma taxa agregada máxima de 27,5%.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

c. Inventários

Os inventários incluem as matérias-primas que estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo o método de custeio o custo médio.

O custo dos inventários inclui:

- ▶ Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- ▶ Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- ▶ Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

d. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado.

Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente como disponível para venda.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor.

e. Activos Financeiros não incluídos nas alíneas acima

Os Activos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Activos Financeiros não incluídos nas alíneas atrás e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes activos. Sempre que existia uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade, teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- ▶ Significativa dificuldade financeira do devedor;
- ▶ Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- ▶ A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- ▶ Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- ▶ Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os activos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Financeiros.

e.1 Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea l) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

e.2 Adiantamentos a Fornecedores

Estes saldos não vencem juros nem têm implícito qualquer tipo de juro pelo que são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

e.3 Outras Contas a Receber

As outras contas a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- ▶ Pessoal – ao custo menos imparidade;
- ▶ Devedores por acréscimos de rendimentos – ao custo menos imparidade;
- ▶ Outros devedores – ao custo menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

e.4 Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também, quando aplicável:

- ▶ Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço; e
- ▶ Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Activos Não Correntes Detidos para Venda.

f. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

g. Diferimentos Activos e Passivos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos, relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

h. Rubricas dos Capitais Próprios

h.1 Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Durante esse prazo os Accionistas respectivos não têm direito a voto nas Assembleias Gerais nos termos definidos no art.º 384 igualmente do CSC.

h.2 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

h.3 Resultados Transitados

Esta rubrica não inclui quaisquer ganhos por aumentos de Justo Valor em Instrumentos Financeiros, Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento os quais, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estariam disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem fossem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

i. Provisões

Esta conta reflecte as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pelo melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflecte riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões.

i.1 Provisões para Processos Judiciais

Esta rubrica inclui a provisão para dois processos judiciais em curso relativos a IRC de 2003. Encontra-se mensurado pelo seu valor presente.

i.2 Outras Provisões

Esta rubrica inclui, entre outras, as seguintes provisões:

- ▶ Provisões para comissões a pagar, relacionadas com as prestações de serviços prestadas pela Empresa, penalizações e discussão de facturas;
- ▶ Provisões para saldos devedores de Fornecedores;
- ▶ Outras diversas.

Estas provisões estão registadas ao seu valor presente.

j. Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado nos termos indicados nas alíneas seguintes.

j.1 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

j.2 Adiantamentos de Clientes

Os Adiantamentos de Clientes não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensurados ao custo.

j.3 Outras Contas a Pagar

As outras contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

k. Efeito das alterações das Taxas de Câmbio

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transacções.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

l. Prestações de Serviço

As Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando a prestação do serviço inclui serviços subsequentes, a parte do rédito correspondente a esses serviços é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Prestações de Serviços.

1.1 Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- ▶ A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- ▶ É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- ▶ A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- ▶ Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data tem nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

m. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

m.1 Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

m.2 Distribuição de Lucros a Empregados

As distribuições de Lucros a empregados são reconhecidas em Gastos com o Pessoal no período a que respeitam e não como uma distribuição de Resultados. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

m.3 Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego, quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- ▶ Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- ▶ Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável, quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- ▶ A localização, a função e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- ▶ O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- ▶ Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

n. Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efectiva.

o. Activos e Passivos Contingentes

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- ▶ Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- ▶ Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - ▶ Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - ▶ A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos, que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros, que não seja remota.

3.2 Juízos de valor efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas

a. Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada Exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos, de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

b. Impostos Diferidos Activos

A empresa regista impostos diferidos de acordo com a NCRF 25.

Estes decorrem da existência de diferenças temporárias dedutíveis e/ou tributáveis e têm como objectivo uma correcta especialização do imposto sobre o rendimento do período.

A adopção da norma referida inclui a possibilidade de que a recuperação ou liquidação de uma determinada quantia, inerente a activos ou passivos, possibilite que os pagamentos de impostos futuros sejam maiores ou menores do que supostamente seriam, se tais recuperações e/ou liquidações não existissem.

c. Reconhecimento de Prestações de Serviços

A empresa reconhece o rédito de acordo com o preconizado na NCRF 20.

O rédito associado a uma transacção deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço, quando o desfecho da referida transacção que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado. Todas as condições seguintes devem ser satisfeitas:

- ▶ A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- ▶ Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a entidade;
- ▶ A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- ▶ Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O reconhecimento do rédito com referência à fase de acabamento de uma transacção é muitas vezes referido como o método da percentagem de acabamento. Por este método, o rédito é reconhecido nos períodos contabilísticos em que os serviços sejam prestados. O reconhecimento do rédito nesta base proporciona informação útil sobre a extensão da actividade de serviço e desempenho durante um período.

A fase de acabamento de uma transacção pode ser determinada por uma variedade de métodos. Uma entidade usa o método que mesure fiavelmente os serviços executados.

Dependendo da natureza da transacção, os métodos podem incluir:

- a) Vistorias do trabalho executado;
- b) Serviços executados até à data, expressos como uma percentagem do total dos serviços a serem executados; ou
- c) A proporção que os custos incorridos até à data tenham com os custos totais estimados da transacção. Somente os custos que reflectam serviços executados até à data são incluídos nos custos incorridos até à data. Somente os custos que reflectam serviços executados ou a serem executados são incluídos nos custos totais estimados da transacção.

Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos de clientes não reflectem muitas vezes os serviços executados.

Quando o desfecho da transacção que envolva a prestação de serviços não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito somente deve ser reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento no reconhecimento das suas Prestações de Serviço. A utilização deste método requer que a Empresa estime os serviços executados como uma percentagem do total de serviços a serem executados os quais também necessitam de ser estimados

d. Provisões para Impostos

A Empresa, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas, que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

a. Imparidade de Activos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transacções de activos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o activo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados, que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos, o qual não inclui actividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos, destinados a melhorar os benefícios económicos futuros, que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- ▶ Quota de mercado durante o período orçamental;
- ▶ Inflação no preço das matérias primas;
- ▶ Margem bruta;
- ▶ Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- ▶ Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

b. Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do Balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

c. Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d. Locações

Os Contratos de Locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como Locações Financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como Locações Operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das Locações em Financeiras ou Operacionais é feita em função da substancia e não da forma do Contrato.

Nas Locações consideradas como Operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na Demonstração de Resultados numa base linear durante o período do Contrato de Locação.

4. Fluxos de caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2014	2013
Caixa	69.553,99	49.467,93
Depósitos à Ordem	573.131,09	842.895,87
Outros Depósitos Bancários	34.750.000,00	37.000.000,00
	35.392.685,08	37.892.363,80

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No Exercício de 2014 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas ou erros, passíveis de serem reportados na presente Nota.

6. Partes relacionadas

O Grupo onde a Empresa se insere é composto pelas seguintes Entidades:

Nome	Localização	% de Interesse	% de Voto	Natureza do Relacionamento	
				Serviços que a Lisnave presta/ Transacções que faz	Serviços que a Lisnave recebe/ Transacções que recebe
Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	Portugal	72,83%	72,83%	Dividendos	Serviços de Consultadoria
ThyssenKrupp Industrial Solutions AG	Alemanha	20,00%	20,00%	Dividendos	
Parpública, SGPS, S.A.	Portugal	2,97%	2,97%	Dividendos	Vogal de Conselho Fiscal e Administrador Não Executivo
Público (OPT)		4,20%	4,20%	Dividendos	
Lisnave Infraestruturas	Portugal	-	-	Reabilitação do Estaleiro	Renda do Estaleiro
Repropel	Portugal	-	-	Serviços de apoio a reparações e comissões	Serviços de Reparções de Hélices
Gaslimpo	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Pesquisa de Gases
Rebocalis	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Marinharia
Lisnave Internacional	Portugal	-	-		Serviços Internacionais
Tecor	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviços técnicos de apoio a navios (tratamento de superfícies)
NavalRocha	Portugal	-	-		
Navalset	Portugal	-	-		Apoio e Assessoria Jurídica
LisnaveYards	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Prestação de serviços de subempreitadas para reparações
Dakarnave	Senegal	-	-		

A Empresa-mãe é a NAVIVESSEL - ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., com Sede em Portugal.

A Empresa-mãe controladora final é a empresa NAVALSET – SERVIÇOS INDUSTRIAIS E NAVAIS, S.A..

A quantia das transacções, dos saldos pendentes, dos ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com os saldos pendentes e os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas, são os indicados no quadro seguinte:

Nome	Ano	Cientes	Fornecedores	Vendas e Prest. Serv.	Compras	FSEs
Navivessel, Estudos e projectos Navais, S.A.	2014	704,00	311.929,95	204,00	-	294.406,32
	2013	-	311.887,74	-	-	294.269,04
ThyssenKrupp Industrial Solutions AG	2014	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-
Parpública, S.A. Estado Português	2014	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-
Público (OPT)	2014	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-
Lisnave Infraestruturas	2014	1.222.284,94	-	3.194.295,21	-	2.331.524,49
	2013	-	450.084,48	927.303,84	-	3.160.495,55
Repropel	2014	56.095,70	5.907,08	103.981,65	-	30.087,50
	2013	49.117,32	7.626,00	100.904,92	-	13.400,00
Gaslimpo	2014	13.352,17	224.528,34	25.216,13	106.406,38	530.689,77
	2013	4.282,38	227.498,92	14.389,98	78.908,41	594.769,08
Rebocalis	2014	6.378,12	312.186,81	19.983,34	-	944.863,08
	2013	55.721,45	487.514,96	70.535,12	-	1.615.712,27
Lisnave Internacional	2014	2.199,86	65.859,15	3.034,08	-	121.927,26
	2013	3.105,33	26.925,71	5.196,32	-	131.024,96
Tecor	2014	57.057,33	2.667.995,29	192.330,89	-	8.517.120,78
	2013	76.948,13	2.413.312,51	186.507,88	-	7.273.193,59
NavalRocha	2014	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-
Navalset	2014	1.607,00	5.535,00	900,00	-	18.000,00
	2013	-	5.535,00	-	-	18.000,00
LisnaveYards	2014	127.923,31	2.252.338,68	418.643,20	-	5.658.268,44
	2013	-	830.150,27	421.251,23	-	5.039.239,21
Dakarnave	2014	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-

7. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam ao terreno da Quinta da Chanoca, o qual está detido para valorização de capital. Esta rubrica não registou qualquer movimento nos Exercícios de 2013 e 2014.

8. Activos Fixos Tangíveis e Activos não correntes detidos para Venda

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
Custo							
01 de Janeiro de 2013	1.873.185,46	5.812.353,90	143.573,79	1.422.387,55	6.524.292,66	302.163,41	16.077.956,77
Aumentos	-	-	-	-	-	427.684,20	427.684,20
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	297.806,98	-	52.231,59	71.088,58	(421.127,15)	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	(7.437,28)	-	-	(7.437,28)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2013	1.873.185,46	6.110.160,88	143.573,79	1.467.181,86	6.595.381,24	308.720,46	16.498.203,69
Aumentos	-	-	-	-	-	687.354,51	687.354,51
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	352.534,66	114.813,08	85.612,63	9.977,06	(562.937,43)	-
Alienações	-	-	(121.244,68)	(5.776,00)	-	-	(127.020,68)
Abates	-	(578,20)	-	(54.562,04)	-	-	(55.140,24)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2014	1.873.185,46	6.462.117,34	137.142,19	1.492.456,45	6.605.358,30	433.137,54	17.003.397,28

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
Custo							
01 de Janeiro de 2013	584.957,97	3.350.245,86	117.012,63	965.252,08	6.124.046,01	-	11.141.514,55
Amortizações	108.118,01	279.742,22	26.561,16	69.332,01	201.389,35	-	685.142,75
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	(7.437,28)	-	-	(7.437,28)
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2013	693.075,98	3.629.988,08	143.573,79	1.027.146,81	6.325.435,36	-	11.819.220,02
Amortizações	108.118,01	296.634,82	28.703,27	76.331,53	167.289,34	-	677.076,97
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(121.244,68)	(3.849,13)	-	-	(125.093,81)
Abates	-	(346,92)	-	(54.562,04)	-	-	(54.908,96)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2014	801.193,99	3.926.275,98	51.032,38	1.045.067,17	6.492.724,70	-	12.316.294,22
Valor Líquido Contabilístico:							
A 31 de Dezembro de 2014	1.071.991,47	2.535.841,36	86.109,81	447.389,28	112.633,60	433.137,54	4.687.103,06
A 31 de Dezembro de 2013	1.180.109,48	2.480.172,80	-	440.035,05	269.945,88	308.720,46	4.678.983,67
A 01 de Janeiro de 2013	1.288.227,49	2.462.108,04	26.561,16	457.135,47	400.246,65	302.163,41	4.936.442,22

No período findo a Empresa registou em Activos não correntes detidos para venda o seguinte:

	2014	2013
Activos não correntes detidos para venda		
Bruto	600.000,00	-
Imparidade	(150.000,00)	-
	450.000,00	-

9. Imparidade de Activos

A quantia de imparidade em Activos não correntes detidos para venda foi de 150.000,00 euros.

De acordo com a NCRF 12, uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade. Caso exista, a entidade deve estimar a quantia recuperável do activo. Durante o ano de 2014, recorrendo a uma fonte externa de informação (perito independente), apurou-se que a quantia recuperável do Activo não corrente detido para venda se fixava em cerca de 450.000,00 Euros. O seu valor contabilístico foi ajustado em conformidade.

Não foram registadas no ano quaisquer imparidades de activos fixos tangíveis ou em propriedades de investimento.

10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários:

	2014	2013
Matérias primas, Subs. e de Consumo		
Valor Bruto	2.272.118,80	2.404.026,46
Imparidades	(422.260,23)	(457.304,75)
	1.849.858,57	1.946.721,71

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes.

a) Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2013	2.486.674,40
Compras	4.219.193,59
Existências em 31 de Dezembro de 2013	2.404.026,46
	4.301.841,53
Existências em 1 de Janeiro de 2014	2.404.026,46
Compras	5.668.588,22
Existências em 31 de Dezembro de 2014	2.272.118,80
	5.800.495,88

b) Imparidade de inventários reconhecida como um gasto/rendimento do período:

	2014	2013
Perdas por Imparidade		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	-	68.067,01
	-	68.067,01
Reversões de Perdas por Imparidade		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	35.044,52	-
	35.044,52	68.067,01

11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2014	2013
Venda de Mercadorias		
Subprodutos, Resíduos e Refugos		
Portugal	331.897,73	681.265,66
	331.897,73	681.265,66
Prestações de Serviços		
Serviços		
Total Europa	35.007.004,30	37.728.421,00
Portugal	6.625.942,11	5.910.270,33
U.E.	24.318.632,19	19.065.350,92
Outros	4.062.430,00	12.752.799,75
Total África	2.862.688,00	6.268.866,42
Total América	29.361.629,07	13.355.740,00
Total Ásia	11.751.598,00	22.274.947,02
Total Oceânia	6.353.786,53	5.394.537,30
	85.336.705,90	85.022.511,74
	85.668.603,63	85.703.777,40

Anos	Subprodutos, Res. e Refugos	Reparações	Outras Actividades	Prestações de Serviços	Total
2014	331.897,73	80.660.400,30	3.905.038,51	771.267,09	85.668.603,63
2013	681.265,66	81.587.163,28	2.801.379,84	633.968,62	85.703.777,40

12. Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Processos Judiciais em Curso	Provisões para notas de crédito	Provisões para saldos devedores de fornecedores	Provisões para Comissões / claim	Outras Provisões	Total
A 01 de Jan. de 2013	456.639,51	300.000,00	443.150,26	1.458.490,00	3.144.148,00	5.802.427,77
Aumentos do ano	-	33.677,99	1.013.218,08	301.242,00	690.000,00	2.038.138,07
Utilizações no ano	-	(33.677,99)	-	(409.706,51)	(200.000,00)	(643.384,50)
Reversões do ano	(96.450,21)	-	(849.481,07)	(329.817,89)	(2.594.148,00)	(3.869.897,17)
A 31 de Dez. de 2013	360.189,30	300.000,00	606.887,27	1.020.207,60	1.040.000,00	3.327.284,17
A 01 de Jan. de 2014	360.189,30	300.000,00	606.887,27	1.020.207,60	1.040.000,00	3.327.284,17
Aumentos do ano	-	11.990,45	-	1.047.813,00	-	1.059.803,45
Utilizações no ano	-	(11.990,45)	(150.000,00)	(130.535,70)	(291.192,10)	(583.718,25)
Reversões do ano	-	-	(96.351,08)	(819.671,90)	(683.807,00)	(1.599.830,88)
A 31 de Dez. de 2014	360.189,30	300.000,00	360.536,19	1.117.813,00	65.000,00	2.203.538,49

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A quantia das diferenças de Câmbio reconhecidas nos resultados é a que se indica no quadro seguinte:

	2014	2013
Diferenças de câmbio favoráveis incluídas em:		
Outros rendimentos e ganhos	8.486,71	839,49
	8.486,71	839,49
Diferenças de câmbio desfavoráveis incluídas em:		
Outros gastos e perdas	15.158,51	1.631,62
	15.158,51	1.631,62

14. Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (Rendimento) por Impostos Correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2014	2013
Imposto Corrente		
IRC do ano	2.001.177,03	3.204.727,28
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	355.657,74	34.795,37
Outros movimentos	-	-
	2.356.834,77	3.239.522,65

O Ajustamento reconhecido no período de Impostos Correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

	2014	2013
Excesso de Estimativa para Impostos	-	24.973,57
Insuficiência de Estimativa para Impostos	9.061,04	-
	9.061,04	24.973,57

Com excepção da taxa de IRC de 25% para 23%, durante o Exercício de 2014, não ocorreram outras alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos.

A alteração do valor registado em impostos diferidos decorre da variação da sua base (diferenças temporárias tributadas) e, naturalmente, da revisão da taxa de IRC acima mencionada.

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a Taxa de Imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte.

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes de impostos	8.833.160,69	10.219.168,67		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	23%	25%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	2.031.626,96	2.554.792,17	23,00%	25,00%
Proveitos não tributáveis				
Mais valias contabilísticas	38.000,00	-		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	2.537.425,54	4.658.057,83		
Seguro Excellentia	1.188.179,00	1.296.189,66		
Excesso de estimativa para Impostos	-	24.969,37		
Restituição de Imposto	-	58.170,32		
Variações patrimoniais negativas	20.909,87	20.909,87		
Benefícios Fiscais	131.240,42	145.946,57		
	3.915.754,83	6.204.243,62	(10,20%)	(15,18%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Donativos	5.000,00	35.000,00		
Multas, coimas e juros compensatórios	4.422,23	413,85		
Gastos não documentados	185.352,41	160.494,58		
Variações patrimoniais positivas	-	-		
Amortizações não aceites fiscalmente	162.703,27	6.561,12		
Provisões para além limites legais	1.059.803,45	2.038.138,07		
Registo de perdas de Imparidade	136.331,33	2.371.495,95		
Insuficiência Estimativa para Impostos	9.061,04	-		
Seguro Excellentia	-	1.419.460,40		
Correcções relativas a Exercícios anteriores	2.554,81	56.403,20		
Outros	148.099,97	155.029,92		
	1.713.328,51	6.242.997,09	4,46%	15,27%

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2014	2013	2014	2013
Lucro tributável	6.630.734,37	10.257.922,14		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	23,00%	25,00%		
Imposto calculado	1.525.068,90	2.564.480,53	17,27%	25,09%
Tributação autónoma	222.725,09	168.481,81	2,52%	1,65%
Derrama	99.461,01	153.868,83	1,13%	1,51%
Derrama Estadual	153.922,03	317.896,11	1,74%	3,11%
Efeito do aumento / reversão de Impostos diferidos	355.657,74	34.795,37	4,03%	0,34%
	831.765,87	675.042,12	9,42%	6,61%
Imposto sobre o Rendimento	2.356.834,77	3.239.522,65	26,68%	31,70%

Os Impostos Diferidos discriminam-se como segue:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2014	2013	2014	2013
Impostos Diferidos Activos				
Outras				
Seguro Excellentia	368.583,60	724.241,34	(355.657,74)	(34.795,37)
	368.583,60	724.241,34	(355.657,74)	(34.795,37)

15. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

	2014	2013
Activos		
Não Corrente		
Outros Activos Financeiros	1.725.492,89	2.633.604,89
Corrente		
Clientes		
Bruto	14.398.738,93	12.579.868,23
Imparidades	(2.327.451,03)	(2.509.951,59)
Adiantamentos a Fornecedores	195.735,96	19.122,67
Outras contas a receber	3.967.705,17	3.036.854,16
	16.234.729,03	13.125.893,47
Passivos		
Não Corrente		
Outras contas a pagar	1.445.425,89	2.633.604,89
Corrente		
Fornecedores	19.401.909,11	16.508.067,26
Adiantamentos de Clientes	35.830,36	211.010,48
Outras contas a pagar	7.958.208,99	7.346.243,79
	27.395.948,46	24.065.321,53
Capital Próprio		
Capital social	5.000.000	5.000.000
	5.000.000	5.000.000

15.1 Clientes

A antiguidade do Saldo de Clientes decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Valor Bruto	Imparidade	Saldo Líquido
2014	14.398.738,93	2.327.451,03	12.071.287,90
2013	12.579.868,23	2.509.951,59	10.069.916,64

	Dívida Vencida						
	Saldo Líquido	Dívida não Vencida	< 30 Dias	30-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	> 120 Dias
2014	12.071.287,90	7.752.091,91	2.481.611,85	1.745.947,40	10.964,86	17.101,84	63.570,04
2013	10.069.916,64	6.525.910,87	2.334.949,27	847.735,07	174.996,14	74.484,89	111.840,40

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade de Dívidas a Receber discrimina-se como segue:

	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Exercício de 2014					
Clientes	2.509.951,59	136.331,33	-	(318.831,89)	2.327.451,03
	2.509.951,59	136.331,33	-	(318.831,89)	2.327.451,03
Exercício de 2013					
Clientes	351.298,81	2.303.428,94	(144.776,16)	-	2.509.951,59
	351.298,81	2.303.428,94	(144.776,16)	-	2.509.951,59

15.2 Outras Contas a Receber

As outras contas a receber discriminam-se como segue:

	2014	2013
Outras contas a receber não correntes		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Rédito das encomendas em curso	2.904.813,42	935.040,59
Juros Depósitos a Prazo	175.630,00	545.993,00
Outros	857,27	15.863,84
Outros devedores e credores		
Pessoal	166.320,79	189.716,31
Processos Judiciais	360.189,30	360.189,30
Outros	359.894,39	990.051,12
	3.967.705,17	3.036.854,16

Por forma a garantir o tratamento contabilístico em conformidade com a NCRF 20 para as reparações /obras que transitam em curso para o Exercício de 2015, procedeu-se a uma análise do rédito e gastos associados a cada uma delas. Face aos gastos já incorridos, facturação já emitida e margem/mark-up estimados, procedeu-se ao registo de um acréscimo de rendimentos em conformidade. A variação desta rubrica face aos anos transactos relaciona-se com grandes reparações que transitam de ano, que se estima que sejam concluídas durante o primeiro trimestre de 2015.

15.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2014	2013
Fornecedores conta corrente		
Nacionais	18.316.005,20	14.921.101,30
Estrangeiros	900.486,18	128.124,75
Empresa Mãe	311.929,95	311.887,74
Fornecedores recepção e conferencia	(126.512,22)	1.146.953,47
	19.401.909,11	16.508.067,26
Adiantamentos a fornecedores		
Nacionais	11.471,62	-
Estrangeiros	184.264,34	19.122,67
	195.735,96	19.122,67

15.4 Outras contas a pagar

As Outras Contas a Pagar discriminam-se como segue:

	2014	2013
Outras Contas a Pagar – Não Correntes		
Outros Activos Financeiros	1.445.425,89	2.633.604,89
Outras Contas a Pagar – Correntes		
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	9.838,98	2.182,46
Remunerações a liquidar - férias e subsídio de férias	1.363.752,00	1.367.403,59
Prestadores de Serviços	100.000,00	100.000,00
Trabalhos Especializados	40.000,00	40.000,00
Renda Estaleiro	335.515,48	-
Comissões	2.266.072,70	1.838.956,85
Obras Internas	1.041.949,71	985.911,98
Centros de Custo	1.117.505,84	833.435,60
Custos Projectos	57.782,98	764.539,55
Outros	380.588,10	117.155,20
Agentes	23.948,45	73.176,62
Outros devedores e credores		
Pessoal – Gratificações de Balanço	1.200.000,00	1.200.000,00
Diversos	21.254,75	23.481,94
	7.958.208,99	7.346.243,79

15.5 Capital Social

As quantias do Capital Social nominal e do Capital Social por realizar e respectivos prazos de realização são as indicadas no quadro seguinte.

	2014	2013
Capital Social nominal emitido	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital Social nominal emitido e realizado		
NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A.	3.641.720,00	3.641.720,00
THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG	1.000.000,00	1.000.000,00
PARPÚBLICA, PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, S.A.	148.330,00	148.330,00
PÚBLICO (OPT)	209.950,00	209.950,00
	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital por realizar	-	-

O Capital Social é representado por 1.000.000 Acções Nominativas, com valor nominal de 5,00 Euros cada.

15.6 Garantias

Os activos financeiros dados em garantia, em penhor ou promessa de penhor como colateral são os seguintes:

Entidades	M/BCP	M/BCP	M/BCP	SANTANDER
Moeda	EUR	EUR	EUR	EUR
Montante	55.660,96	100.000,00	24.939,90	461.531,70
Beneficiário	Alfândega de Lisboa	Alfândega de Setúbal	Alfândega de Lisboa	SAIPEM (Portugal), Lda.

15.7 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- ▶ Risco de mercado
 - ▶ Risco de taxa de juro
 - ▶ Risco de taxa de câmbio
 - ▶ Outros riscos de preço
- ▶ Risco de crédito
- ▶ Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- ▶ Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- ▶ Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efectuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A Empresa não tem financiamentos, pelo que não está sujeita ao risco de taxa de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultado de alterações nas taxas de câmbio.

A internacionalização da Empresa obriga-a a estar exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países.

A exposição ao risco de taxa de câmbio resulta fundamentalmente das actividades operacionais da Empresa (em que os gastos, rendimentos, activos e passivos são denominados em moedas diferentes da moeda de relato). No entanto, as transacções e saldos em moeda estrangeira são imateriais.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes actividades operacionais – Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e Outras Contas a Receber é efectuada da seguinte forma:

- ▶ Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- ▶ Os valores em dívida são regularmente monitorizados;
- ▶ Para clientes novos, com pouca antiguidade de relação com a Empresa, são pedidos pagamentos antecipados de parte da encomenda efectuada;
- ▶ A Empresa tem em vigor um seguro de crédito.

16. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2014	2013
Remunerações dos Órgãos Sociais	827.602,80	827.602,80
Remunerações do Pessoal	8.994.671,48	8.998.644,21
Outros Remunerações		
Encargos sobre Remunerações	1.987.216,88	1.876.248,89
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	212.369,01	202.701,23
Gastos de Acção social	968.532,13	1.023.632,64
Outros gastos com o Pessoal	(186.098,00)	1.278.356,70
	12.804.294,30	14.207.186,47

A Empresa constituiu em 2008 uma Apólice (OEXL103112067) que se traduz num investimento financeiro a 10 anos (nota 15), com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento financeiro é apresentado, em balanço, no activo não corrente pelo valor de 1.725.493 Euros (2013: 2.633.605). Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 91.888 Euros (nota 17.5) e foi utilizado o montante de 1.000.000 Euros por transferência para a Apólice de Seguro (OEXL103112068).

No que respeita ao valor das responsabilidades por serviços passados (líquido o activo da apólice OEXL103112068), este é apresentado no passivo por um valor de 1.445.426 Euros (2013: 2.328.916). O valor da responsabilidade foi ajustado pelo gastos de juros, ganhos actuariais e rendimentos financeiros da apólice OEXL103112068, num total líquido de 188.179 Euros (rendimento / dedução aos gastos com o pessoal).

O ganho actuarial é gerado pelo aumento da idade de reforma e pelo reduzido acréscimo salarial registado. A perda financeira ao nível dos activos que financiam as responsabilidades decorre da diferença entre a rentabilidade real e o pressuposto de rentabilidade de longo prazo.

Os valores atrás indicados, suportados por estudo técnico elaborado por entidade independente, tomaram em consideração as adequadas variáveis.

17. Outras informações

17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Saldo a receber		
Imposto sobre o rendimento	761.093,18	-
IVA	1.969.436,32	2.139.301,28
	2.730.529,50	2.139.301,28
Saldo a pagar		
Imposto sobre o rendimento	-	1.089.191,81
Retenções Imposto sobre Rendimento	208.718,89	234.706,82
Contribuição para a Segurança Social	223.955,08	253.441,40
	432.673,97	1.577.340,03

O valor de imposto sobre o rendimento apresentado no quadro acima corresponde à estimativa de imposto deduzida dos pagamentos especiais por conta, pagamentos adicionais por conta e retenções na fonte efectuadas durante o ano de 2014.

17.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	81.408,29	52.336,88
Assistência Software	53.121,49	-
Contrato Publicidade	2.310,00	4.196,25
Outros Gastos	6.633,63	34.449,74
	143.473,41	90.982,87

17.3 Reservas e Resultados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2013	1.398.173,26	19.832.615,74	4.985.207,39	26.215.996,39
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(4.000.000,00)	-	(4.000.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	4.985.207,39	(4.985.207,39)	-
Resultado do ano	-	-	6.979.646,02	6.979.646,02
Outros	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.398.173,26	20.817.823,13	6.979.646,02	29.195.642,41
Saldo em 01 de Janeiro de 2014	1.398.173,26	20.817.823,13	6.979.646,02	29.195.642,41
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(6.000.000,00)	-	(6.000.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	6.979.646,02	(6.979.646,02)	-
Resultado do ano	-	-	6.476.325,92	6.476.325,92
Outros	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	1.398.173,26	21.797.469,15	6.476.325,92	29.671.968,33

17.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Subcontratos	37.880.202,95	34.408.069,85
Trabalhos especializados	2.233.619,24	2.252.404,02
Publicidade e propaganda	111.858,93	137.122,55
Vigilância e segurança	443.739,71	443.248,39
Honorários	468.174,43	472.018,84
Comissões	1.588.416,51	1.804.502,22
Conservação e reparação	3.835.663,90	3.964.095,30
Ferramentas e utensílios	547.229,80	335.617,74
Livros e documentação técnica	36.664,89	31.391,28
Material de escritório	49.636,45	55.289,78
Artigos para oferta	99.054,70	120.809,78
Electricidade	2.398.328,32	2.524.602,73
Combustíveis	1.137.644,33	1.298.853,40
Deslocações e estadas	229.319,15	159.003,90
Transportes de Pessoal/Mercadorias	1.107.662,03	1.019.648,80
Rendas e alugueres	4.614.767,47	4.986.640,70
Comunicação	125.284,53	118.561,64
Seguros	1.464.132,95	1.378.754,17
Royalties	52.155,13	40.278,76
Contencioso e notariado	3.128,87	3.210,43
Despesas de representação	157.927,95	144.240,50
Limpeza, higiene e conforto	309.262,26	308.265,17
Outros	2.430.564,97	2.486.656,24
	61.324.439,47	58.493.286,19

Loações Operacionais

Durante os Exercícios de 2013 e 2014 foram reconhecidos como custos os montantes de 152.428,23 e 139.313,08 Euros, respectivamente, relativos a rendas de Contratos de Locação Operacional, incluídos na Rúbrica de Rendas e Alugueres.

Adicionalmente, à data de Balanço a Sociedade detinha Contratos de Locação Operacional, cujas rendas vencem como se segue:

	2014	2013
Total dos futuros pagamentos mínimos		
Não mais de 1 ano	119.687,44	134.715,43
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	188.906,25	270.415,88
Mais de 5 anos	-	-
	308.593,69	405.131,31

17.5 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Rendimentos Suplementares		
Outros	405.272,87	374.074,71
Descontos de pronto pagamento obtidos	104.742,72	56.699,14
Ganhos em Inventários	126.143,85	40.060,37
Rendimentos e ganhos nos restantes Activos		
Diferenças de Câmbio	8.486,71	839,49
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros		
Alienações	38.000,00	-
Outros	279.224,58	209.681,56
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	1.801.132,60	1.211.666,66
Excesso da estimativa para Impostos	4,20	24.973,57
Restituição de Imposto	-	58.170,32
Outros não especificados	134,12	48.377,77
Juros Obtidos		
De Depósitos	638.837,71	1.044.750,73
Outros Rendimentos Similares	91.888,00	100.469,00
	3.493.867,36	3.169.763,32

Seguro Capitalização

A Empresa constituiu em 2008 um Seguro que se traduz num investimento financeiro a 10 anos, com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 91.888 Euros, tendo sido utilizado o montante de 1.000.000 Euros por transferência para a Apólice de Seguro (OEXL 103112068) para reforço do fundo para cobertura das responsabilidades por serviços passados mais o ano seguinte.

Este Seguro vence juros de 3,5% ao ano. Adicionalmente o Seguro tem uma remuneração indexada à rentabilidade da própria Companhia de Seguros.

17.6 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Impostos	100.546,87	112.547,37
Descontos de Pronto Pagamento	-	6.727,40
Perdas em Inventários	17.205,00	12.451,42
Perdas em Alienação/Abates	1.758,15	-
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	2.554,81	56.403,20
Donativos	97.000,00	115.077,85
Quotizações	67.500,99	72.600,69
Insuficiência de estimativa para impostos	9.061,04	-
Despesas não Documentadas	185.352,41	160.494,58
Multas e penalidades		
Multas não fiscais	4.403,58	405,21
Outros	196,54	2.821,98
Juros Suportados		
Juros mora e compensatórios	18,65	7,11
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outras	15.158,51	1.631,62
Outros Gastos e Perdas		
Outros	26.759,21	34.364,25
	527.515,76	575.532,68

17.7 Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Gastos de depreciação e de amortização		
Propriedades de Investimento	-	-
Activos Fixos Tangíveis	677.076,97	685.142,75
	677.076,97	685.142,75

18. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as Demonstrações Financeiras estão autorizadas para emissão foi 24 de Fevereiro de 2015.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do Balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes Demonstrações Financeiras.

19. Outras informações exigidas por Diplomas Legais

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade, Eng. José António Leite Mendes Rodrigues e Dr. Nelson Nunes Rodrigues, são titulares indirectos e por via do n.º 2 do mesmo artigo, de 364.172 Acções cada, por via da NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A. e da NAVALSET, SERVIÇOS INDUSTRIAIS E NAVAIS, S.A..

Em relação ao Órgão de Fiscalização da Sociedade, informa-se que este não se encontra em qualquer das situações previstas no corpo deste Artigo.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do Exercício, e segundo os registos da Sociedade, são titulares de 72,83 % e de 20,00 % do Capital Social da LISNAVE, respectivamente os seguintes Accionistas:

- ▶ NAVIVESSEL – ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., S.A
Titular de 728.344 Acções.
- ▶ THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG
Titular de 200.000 Acções.

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo n.º 66 A do Código das sociedades Comerciais, informamos que não existem operações excluídas do Balanço.

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 do artigo n.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários totais facturados, no Exercício 2014, pelo Revisor Oficial de Contas fixam-se em 25.200,00 Euros, tal como no ano de 2013.

Os cargos desempenhados pelos Administradores da LISNAVE, em outras Sociedades discriminam-se como segue:

Administradores	Empresas	Cargos Desempenhados
José António Leite Mendes Rodrigues	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Nelson Nunes Rodrigues	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Administrador
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Presidente C. Administração
	Repropel, Lda	Gerente
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Aloísio Fernando Macedo da Fonseca	Metrocom, S.A.	Director-Geral
Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger	Lisnave Internacional, S.A.	V/ Pres. C. Administração
	Dakarnave, S.A.	Presidente C. Administração
	Associação das Indústrias Navais	Presidente Direcção
	C.P.S. – Comunidade Portuária Setúbal	Presidente Direcção
	C.I.P. – Conf. da Indústria Portuguesa	Membro do Conselho Geral
	A.F.E.E.M. – Assoc. Fórum Emp. Econ. Mar	Membro Direcção
	Fename – Fed. Nacional do Metal	Vice-Presidente Direcção
João Rui Carvalho dos Santos	Navivessel, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	NavalRocha, S.A.	Administrador
	Gaslimpo, S.A.	Administrador
	Fundenav – Fundo Des. Eng. Tec. Naval	Presidente Conselho Fiscal
	Associação das Indústrias Navais	Vice-Presidente Direcção
	Fename – Fed. Nacional do Metal	Presidente Conselho Fiscal
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Manuel Serpa Leitão	Navivessel, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador-Delegado
	Gaslimpo, S.A.	Presidente C. Administração
	Tecor, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Rebocalis, Lda.	Presidente
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	Fundenav – Fundo Des. Eng. Tec. Naval	Presidente da Direcção
	Associação das Indústrias Navais	Presidente Mesa A. Geral

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2014

Senhores Accionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal da «LISNAVE - Estaleiros Navais, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Anexo e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2014, vem apresentar o seu Relatório e Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

2. O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da LISNAVE, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu à verificação e análise da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.

3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos, que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, complementadas com o exposto no relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados de acordo com as orientações constantes do SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

4. Em documento separado o vogal Revisor Oficial de Contas procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, Parecer que merece a concordância do Conselho Fiscal e deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.

5. O Conselho de Administração no Relatório de Gestão que elaborou explicita a forma como se processou a actividade no exercício de 2014, desenvolvida num contexto caracterizado por (i) efeitos no sector da crise da economia internacional, (ii) condições de mercado particularmente adversas, (iii) baixo nível do valor das taxas de frete médios nos diversos segmentos de mercado e (iv), em termos de procura, redução significativa do número de consultas.

6. A actividade da Lisnave no exercício, que continua a ser exercida em condições de mercado condicionada pelos efeitos da crise da economia internacional que, desde 2009, tem vindo a afectar o mercado da reparação naval, atingiu um nível de desempenho globalmente positivo, expresso por:

- ▶ nível de trabalho médio obtido para os 92 navios reparados, registou uma ligeira redução quando comparado com os 107 navios do ano anterior;
- ▶ as 90 encomendas geradas no exercício (menos cerca de 20% que em 2013) traduziram-se numa redução da relação consultas/encomendas/taxa de sucesso de 22% para 18%;

- ▶ manutenção da posição de destaque da Lisnave no mercado da Reparação Naval a nível mundial e da sua vocação essencialmente exportadora, traduzida em vendas para o mercado externo de 78,7 milhões de euros;
- ▶ Resultado Líquido positivo de 6.476 milhares de euros.

7. Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:

- ▶ o volume global das Vendas e Serviços prestados, de 85,7 milhões de euros, da mesma ordem de grandeza ao correspondente valor de 2013;
- ▶ o peso dos Gastos com o pessoal da ordem de 12,8 milhões de euros, representando 15,9% do total dos Gastos de exploração;
- ▶ o valor alcançado pelos Resultados Operacionais, da ordem de 8,3 milhões de euros, representando 9,9% do total dos Rendimentos de Exploração;
- ▶ o bom desempenho da função financeira global, positivo em 1,0 milhares de euros;
- ▶ o “cash-flow” gerado no exercício de 9,5 milhões de euros;
- ▶ a manutenção de favoráveis indicadores de gestão, económicos e financeiros.

8. Face ao exposto, e como consequência das análises e acções de fiscalização desenvolvidas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, assim como as referências constantes do seu Relatório, e tendo também presente as moderadas expectativas quanto à evolução da actividade da Lisnave para o ano de 2015, vem conclusão, emitir o seguinte

PARECER

- A)** Que o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício sejam aprovados;
- B)** Que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de € 6.476.325,92, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2015

O Conselho Fiscal

Presidente

Francisco José da Silva

Vogal

Maria Isabel Louro Caria Alcobia

Vogal

Joaquim Patrício da Silva (ROC N.º 320)

em representação de PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 21

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Exercício de 2014

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras anexas da «LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, S.A.», que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 66.149,6 milhares de euros e um total de capital próprio de 34.672,0 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 6.476,3 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- ▶ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- ▶ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- ▶ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- ▶ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da «LISNAVE - Estaleiros Navais, S.A.» em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2015

Joaquim Patrício da Silva (ROC N.º 320)
em representação de PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 21

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS DE 26 DE MARÇO DE 2015, RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTE AO EXERCÍCIO DE 2014

Aos vinte e seis dias do mês de Março de dois mil e quinze, pelas onze horas, reuniu na Sede da Sociedade, a Assembleia Geral Anual da LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A..

Assumiu a direcção dos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Sr. Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins, coadjuvado pelo Vice-Presidente Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro e pelo Secretário da Mesa Dr. Manuel Joaquim Rodrigues.

O Presidente da Mesa confirmou, ainda, através do respectivo mapa de presenças, que se encontravam presentes e devidamente representados os seguintes Accionistas, titulares de acções, com direito a voto:

- ▶ NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S. A., representada pelo Sra. Dra. Ana Rita Martins Rodrigues Eusébio, titular de 728.344 (setecentas e vinte e oito mil e trezentas e quarenta e quatro) acções, representativas de 72,83% (setenta e dois vírgula oitenta e três por cento) dos votos;
- ▶ PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A., representada pelo Sr. Dr. Luís Catarino Costa, titular de 29.666 (Vinte e nove mil, seiscentas e sessenta e seis) acções, representativas de 2,96% (Dois vírgula noventa e seis por cento) dos votos;
- ▶ Sr. Manuel Sousa Pereira, titular de 1.100 (mil e cem) acções, representativas de 0,11% (zero vírgula onze por cento) dos votos;
- ▶ Sr. João Alexandre Dinis de Sousa, titular de 10.000 (dez mil acções), representativas de 1% (um por cento) dos votos;

Estava, igualmente, presente o Conselho de Administração, bem como o Conselho Fiscal da Sociedade.

Ponto Um Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2014

O Presidente da Mesa, ... submeteu a votação da Assembleia o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2014, documentos que foram aprovados por unanimidade.

Ponto Dois Deliberar sobre o Relatório do Conselho Fiscal

..., o Presidente da Mesa submeteu a votação da Assembleia o Relatório do Conselho Fiscal, que foi aprovado por unanimidade.

Ponto Três Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados

..., o Sr. Presidente informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta de Aplicação dos Resultados, subscrita pelo Conselho de Administração, que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

“Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo-se verificado uma “performance” no Exercício de 2014, que conduziu a um resultado que justifica conceder uma Gratificação aos Trabalhadores, o Conselho de Administração decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

- ▶ Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil Euros), já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,
- ▶ Ao resultado líquido do Exercício, no montante de € 6.476.325,92 (Seis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e vinte cinco Euros e noventa e dois cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos	6.000.000,00 Euros;
Resultados Transitados	476.325,92 Euros.

Mitrena, 26 de Março de 2015
A Administração”

..., o Presidente submeteu a mesma a votação, a qual foi igualmente aprovada por unanimidade.

Ponto Quatro Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade

..., o Presidente da Mesa informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta, subscrita pelo Accionista NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

“Proposta

A NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., considerando a forma competente e eficiente como os titulares dos Órgãos Sociais da Empresa têm vindo a desempenhar os respectivos mandatos, designadamente durante o exercício de 2014, propõe que seja aprovado, por esta Assembleia Geral, um voto de louvor aos Conselhos de Administração e Fiscal da LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS S.A..

Monte da Caparica, 26 de Março de 2015
O Representante do Accionista NAVIVESSEL
(Segue-se a assinatura do Representante da Navivessel)”

Apresentada a votação, esta proposta, foi aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa, deu por encerrada a presente sessão, da qual vai ser lavrada a correspondente acta, que vai ser assinada pelo Presidente, Vice Presidente e pelo Secretário da Mesa.

DELEGAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Alemanha

Zoepffel & Shneider GMBH

Hamburgo

Tel.: + 49 40 879785-0

Fax: + 49 40 879785-20

Arábia Saudita

The Reda Establishment

Alkhobar

Tel.: + 966 3 889 04 46

Fax: + 966 3 889 04 47

Brasil

Quilha Engenharia Naval e Representações

Rio de Janeiro

Tel.: + 55 21 253 9 3023

Fax: + 55 21 228 6 6874

Canadá

Wisepool Enterprises Ltd

(Transma Agents)

Vancouver

Tel.: + 1 604 272 18 73

Fax: + 1 604 272 18 43

Chipre

WSR – Services, Ltd.

Limassol

Tel.: + 357 25 34 44 18

Fax: + 357 25 34 44 19

Emiratos Árabs

Caribbean Trading Co LLC

Sharjah

Tel.: + 97 16 533 6334

Fax: + 97 16 533 6553

Espanha

Medco Shipbrokers, S.L.

Madrid

Tel.: + 34 91 431 52 35

Fax: + 34 91 575 05 00

Grécia

Resolute Maritime Service

Atenas

Tel.: + 30 211 182 90 00

Fax: + 30 211 182 90 02

Holanda/Belgica/

Luxemburgo

Esma Marine Agencies BV

Amsterdão

Tel.: + 31 20 31 21 350

Fax: + 31 20 696 69 00

Hong-Kong/

Rep. China/Taiwan

Transma Limited

Wanchai

Tel.: + 852 28 611 623

Fax: + 852 28 613 901

Índia

Nautilus International

Mumbai

Tel.: + 91 22 2284 0878

Fax: + 91 22 2202 0452

Itália/Mónaco/Suíça

Cambiaso Risso Service Sam

Monaco

Tel.: + 377 9880 1360

Fax: + 377 9798 7848

Japão

AALL and Company Ltd.

Tóquio

Tel.: + 81 3 3407 7650

Fax: + 81 3 3407 7670

Noruega

Ulrik Qvale & Partnerers

Oslo

Tel.: + 47 22 51 16 16

Fax: + 47 22 51 16 08

Rússia/Ucrânia/Georgia/

Azerbaijão/Estónia/

Lituânia/Letónia

ZAO Ibérica

Moscovo

Tel.: + 7 916 555 21 20

Fax: + 7 499 500 80 33

Marequimpex S.L.

Madrid – Espanha

Tel.: + 7 916 555 21 20

Fax: + 7 499 500 80 33

Reino Unido/Irlanda

Calvey marine Limited

West Sussex

Tel.: + 44 1 903 748860

Fax: + 44 1 903 743390

Singapura/Malásia/

Tâilândia/Indonésia

C.C. Ship Repair & Services Pte Ltd.

Singapura

Tel.: + 65 633 866 67

Fax: + 65 633 810 11

Turquia

Intay – Tek Teknik

Hizmetler Ltd. Skt.

Istambul

Tel.: + 90 212 297 73 86

Fax: + 90 212 297 73 87

U.S.A. / Canadá

East Coast Marine Alliance LLC

Norwalk

Tel.: + 1 203 866 411 0

Fax: + 1 203 866 416 1

Venezuela

Kort Consulting XXI, C.A.

Caracas

Tel.: + 58 212 239 84 08

Fax: + 58 212 239 33 20

